

ANIZIA COSTA ZYCH

**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Aloizio Mercadante

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS IRATI: Edelcio José Stroparo
VICE-DIRETORA DO CAMPUS IRATI: Maria Rita Kaminski Ledesma
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETORA: Regina Chicoski
VICE-DIRETORA: Cibele Krause Lemke

CHEFIA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

CHEFE: Ana Flávia Hansel
VICE-CHEFE: Rejane Klein

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Klevi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO
PEDAGOGIA A DISTÂNCIA:**

Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis;
Rejane Klein; Sandra Regina Gardacho Pietrobon;
Michelle Fernandes Lima; Anízia Costa Zyck

COORDENADORAS DO CURSO: Angela Maria Corso;
Miriam Adalgisa Bedim Godoy





Apresentação

*“Ser professor hoje significa
garantir o desenvolvimento
de todo o potencial das
novas gerações”*

Viviane Senna

*“Todos nós somos simultaneamente
estudante e professor. Atingimos o nosso
máximo quando ensinamos a nós mesmos
aquilo que precisamos aprender”.*

Spencer Johnson

A disciplina de Fundamentos da Educação Especial, compõe a matriz curricular do Curso de Pedagogia, com a carga horária de duas aulas semanais, integralizando o total de 68 horas. A disciplina aborda em sua coletividade, as políticas educacionais, na perspectiva da diversidade, sob as diretrizes da democratização do ensino, considerando os atores do processo educativo: aluno, professor, conteúdos, metodologia, recursos, avaliação, sendo também consideradas outras imprescindíveis condições ao processo educacional com ênfase na 'educação de qualidade para todos'.

A expectativa é que a realização de contatos com a diversidade, possa contribuir para provocar o aprofundamento reflexivo dos profissionais da educação, considerando as diretrizes para o atendimento educacional especializado. Sob esta perspectiva, a disciplina investe esforços no sentido de oferecer os fundamentos básicos necessários ao professor, enquanto educador capaz de interagir com a multiculturalidade e, lutar pela melhoria da qualidade do ensino.

Um aspecto que tem provocado discussão em relação à democratização do ensino, é o fato de alguns alunos com necessidades educacionais especiais, formalmente inseridos no Sistema de Ensino Regular, sentirem-se desintegrados da classe escolar. Ao perceberem-se ou sentirem-se renegados pela equipe escolar, pelos colegas e até mesmo pelos próprios professores, isolam-se e passam a experimentar o estigma da alienação.

O tratamento discriminatório produz as vítimas da 'invisibilidade' que além da não participação, podem ainda tornam-se alvos de bullying, entre outros descasos. Assim correm o risco de permanecer por muitos anos, 'ocultos' na sala de aula, sem que a ética ou o bom senso permita ao professor aproximar-se e/ou interessar-se pelo aprendizado dos mesmos. Situação que desfavorece profundamente as condições de adaptação à escolarização. A interferência do preconceito e/ou discriminação

impedem o estímulo à aprendizagem.

Já são reconhecidas as dificuldades geradas pelo comportamento do professor, com relação à falta de atenção aos educandos que apresentam necessidades especiais. Por despreparo e/ou insegurança, o docente por vezes, nega-se a interagir ou evita qualquer forma de relação com o aluno inserido em sua turma, não lhe direcionando sequer o olhar e muito menos a palavra, um sorriso, a acolhida, a saudação coloquial a aproximação. Com isso, os vínculos necessários que dão suporte ao ensino e aprendizagem, não se estabelecem na efetividade da cognição.

Assim, a indiferença ou falta de interesse do professor bloqueia a dinâmica da interacionalidade do aluno, alienando-o e, fazendo-o sentir-se excluído do contexto. Esta percepção do menosprezo provoca no aluno a sensação de 'não pertencimento' que, uma vez assimilada pelo educando, causa significativo dano à sua autoestima, com prejudiciais consequências à carreira escolar provocando atraso em seu desenvolvimento, dificuldade de aprendizagem entre outras, impedindo assim, que ele deixe educacionalmente, aflorar seus talentos.

O professor precisa descobrir que também será muito beneficiado ao desenvolver um contato significativo com o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais. É importante dar atenção ao que cada um tem a dizer e também a ensinar a todos nós, pois a superação das dificuldades estará ocorrendo conjuntamente.

Portanto, além de promover significativas mudanças culturais, interagir com as diferenças também ensina a ver como a diversidade proporciona melhorias na conduta humana com a elevação da autoestima, afetividade, autoconfiança, socialização podendo ainda, oferecer a todos a possibilidade de resgatar a ruptura, oriunda do preconceito, com toda a humanidade. Com a acessibilidade às diferenças, experimenta-se uma interação

plena e única, capaz de libertar o homem de seus medos, de suas inseguranças; fatos que deixam os indivíduos tão inquietos exatamente porque talvez denuncie uma das principais fraquezas humanas, a ausência de alteridade.

Abordagem inicial da disciplina

A atenção educacional destinada a pessoas com necessidades educacionais especiais emerge fundamentada nos ideais da sociedade democrática, cuja intencionalidade está centrada no paradigma da educação de qualidade para todos. Assim conforme os autores Silva (1987), Mazzotta (1996), Januzzi (1999), entre outros, em sua historicidade a Educação Especial construiu-se a partir de um modelo civilizatório, originário do abandono e/ou extermínio, no qual os deficientes eram perseguidos e maltratados. Prática da era pré-cristã, período em que as pessoas que nasciam com alguma deficiência eram consideradas seres sub humanos.

No período medieval (476 d. C. a 1453 d. C.), o tratamento destinado às pessoas com deficiência, foi fundamentado na filantropia, na qual predominava a caridade respaldada nos ideais da religiosidade, defensor dos padrões de atendimento a todos os filhos de Deus. Diferentes modalidades institucionais preocupavam-se em abrigar as pessoas deficientes, dentre as quais, asilos, igrejas e conventos.

Em sua evolução histórica, o atendimento educacional, destinado às pessoas com deficiência variava segundo as concepções culturais da época, por um lado a prática caritativa buscava 'acolher' esses sujeitos e do outro o 'castigo divino', aparecia como punição para aqueles que eram contra os conceitos da moral cristã (PESSOTI, 1984).

Desta forma, os portadores de necessidades especiais continuavam marginalizados pela sociedade e longe de serem socialmente aceitos, também não usufruíam da igualdade de direitos.

[...] sendo a pessoa com deficiência considerada demoníaca, ora possuída pelo demônio, ora 'expiador' de culpas alheias, ou um aplacador da cólera divina a receber, em lugar da aldeia a vingança celeste, como para-raios [...] (PESSOTI, 1994, apud MEC/SEESP, 2000, p.11).

No século XVI, aconteceram diversas transformações na estrutura social, econômica, política e cultural da sociedade que, juntamente com o avanço da medicina provocam mudanças em relação à deficiência. Assim, Idade Moderna, (século XVII), configura-se pela etapa científica, que, ampliando a concepção referente às pessoas com deficiência, partia do princípio de que a deficiência era determinada por fatores naturais e não espirituais. Desta forma, o tratamento passou a realizar-se especificamente por meio da medicina.

A medicina foi evoluindo, produzindo e sistematizando novos conhecimentos; outras áreas de conhecimentos também foram se delineando, acumulando informações acerca da deficiência, de sua etiologia, seu funcionamento e seu tratamento. Entretanto, esse paradigma permaneceu único por mais de 500 anos, sendo ainda hoje, encontrado em diferentes países, inclusive o nosso (MEC/SEESP, 2000, p.13).

Nos séculos XVIII e meados do século XIX, já na Contemporaneidade, a institucionalização como meio de atendimento ganha espaço, ou seja, os sujeitos com deficiência passam a ser segregados em instituições como: asilos, hospitais, psiquiátricos e outros lugares predestinados, que passaram a abrigá-los.

O período compreendido, dos anos 60 aos 70, caracterizado como a etapa da integração foi marco referencial da consolidação dos movimentos sociais, tendo como princípios normatizadores: a individualização, a normatização e a integração. No final dos anos 70 e anos 80, com a consolidação do paradigma de integração surge a proposta de um novo modelo de convivência social.

Como é possível constatar, o debate educativo do processo de aperfeiçoamento aguça o resgate de valores imprescindíveis à humanização do ser, enquanto pessoa singular, com direito à oportunidade de aprendizagem, para poder estar aumentando sua autoconfiança. Portanto, a discussão merece a máxima atenção quando se refere à construção de sistemas educacionais, incluindo todos os alunos para aprender juntos. É válido aprofundar a reflexão de que cada indivíduo possui suas particularidades e, reconhecer que somos todos diferentes mas, sempre com a convicção de que as oportunidades devem existir a todos.

Os anos 90 foram considerados introdutores da etapa da inclusão, com a mudança de paradigmas capazes de interferir na estrutura da sociedade e da educação escolar. A ressignificação de valores e atitudes, contribui para o resgate do respeito à diversidade humana. A Escola Inclusiva considera a necessidade da educação de qualidade estender-se a todos os alunos, estruturando-se a escola em função dessas especificidades.

A partir da Declaração de de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 06 de outubro de 2004, pela Organização

Mundial da Saúde (OMS) em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em Montreal, no Canadá, ocorrem mudanças significativas na proposta de ensino buscando a escola, assegurar, reconhecer e proteger os direitos das pessoas com deficiência intelectual (DI).

Em 2008, são divulgadas as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasília, janeiro de 2008). Assim, a Educação Especial tem sua evolução consolidada pela criação e atualização da legislação, considerando a definição de políticas que lhe garantam a sustentação.

No Século XXI, a inclusão emerge e, vigoram ações vinculadas às políticas de intervenções decisivas e afirmativas no processo de desenvolvimento do sujeito e reajuste da realidade sociocultural.



Capítulo 1

Os Fundamentos da Educação Especial

1.1 Características da Educação Especial

A presente unidade busca caracterizar os fundamentos da Educação Especial, que historicamente a sustentam, considerando os aspectos filosóficos que a regem, as políticas educacionais universais e, as bases do movimento inclusivo. Sistemáticamente organizada, a Educação Especial originou-se de controvertidas concepções e/ou tendências educacionais, difundidas em diferentes países, num movimento de aceitação da diversidade no contexto

do ensino regular, com oportunidades de aprendizagem a todas as crianças.

A filosofia de atendimento da Educação Especial na contemporaneidade centra sua atenção, não apenas no aspecto das deficiências ou limitações e sim, nas possibilidades e competências, com otimização do potencial do indivíduo, estimulando-o para desenvolver-se progressivamente, enquanto ser aprendiz.

Por séculos, a visão reduzida e deturpada, da realidade das pessoas com deficiência, conduzia o gerenciamento de um modelo de intervenção fadado ao confinamento e à alienação, sendo tais indivíduos considerados inoperantes, incapacitados à produtividade.

Segundo Silva (1987), em era mais remota das civilizações, as deficiências, assim como as deformidades já representavam um verdadeiro flagelo. Diante de um contexto adverso e ameaçador, a questão da discriminação e do preconceito em muito contribuíram para perpetuar a prática da estigmatização, tanto escolar quanto social. As civilizações procuravam conter os impulsos vitais dos indivíduos com deficiência, manipulando seus comportamentos de forma opressora na tentativa de fazê-los corresponder às expectativas da normalidade.

A organização da educação especial, assumia inicialmente um aspecto vulnerável, fundamentado no conceito de normalidade (saúde) e anormalidade (doença), que determinava, normas de atendimento clínico terapêutico fortemente ancorado nos testes psicométricos, definindo por meio de diagnóstico, as práticas escolares permitidas aos alunos com deficiência.

Segundo Soares (1999), as iniciativas educacionais registram a atuação dos profissionais médicos como preceptores, com interesse no aprofundamento de estudos de anatomia. Sendo, dessa forma, iniciada a Educação Especial, como processo decorrente da medicação.

Neste contexto, apresenta-se uma variada complexidade de formas de identificação das pessoas com deficiência na história. Desde a antiguidade até aos dias atuais, destacam-se as concepções de sujeito, adjacente a uma representação construída socialmente em cada uma das etapas que se constituíram marco de referência, conjugadamente associada à modalidade de atendimento adotado.

Mazzotta (1996), afirma que a educação das pessoas com deficiência teve início na Europa, estendendo-se para os Estados Unidos, Canadá, chegando até o Brasil. Este impulso foi em decorrência de iniciativas tomadas por líderes da sociedade, profissionais ou não, que, sensibilizados com a causa das pessoas deficientes, procuraram agir, interessados em intervir favoravelmente para auxiliá-las a conquistar melhores condições de vida.

Com a soma de barreiras que impõe limites à evolução da democratização educacional, as pessoas com deficiência foram prejudicadas em seu processo de participação política na tomada de decisões na sociedade.

Assim, sob uma tumultuada complexidade de ideias, caracterizada pelo preconceito, cujas consequências se refletem na prática social, foram fixando-se na sociedade, as marcas da ideologia que, referencia, mesmo na atualidade, a exclusão educacional da população que integra o grupo das minorias discriminadas.

Em conformidade com os parâmetros históricos, a categorização dos diferentes períodos da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, pode ser assim explicitada :

ANTIGUIDADE - (3.500 a 476d. C.) - Este período não apresenta registros consistentes que comprovem a relação entre a sociedade e a deficiência. É o período caracterizado como Etapa do Extermínio, com destaque para as civilizações de Roma e Grécia Antiga.

IDADE MÉDIA - (76 d. C. a 1.453 d. C.) - Etapa filantrópica. Com o advento do cristianismo, e fortalecimento da Igreja Católica, surge uma nova ideologia, um novo pensamento voltado à caridade, à benemerência e as pessoas consideradas defeituosas e/ou doentes mentais, passam a ser vistas como criaturas de Deus, pelo clero. Sendo tratadas de forma mais humana, não são mais exterminadas e passaram a ser abrigadas em igrejas, conventos, asilos.

IDADE MODERNA – SÉCULO XVII (1.453 d. C. a 1789 d. C.) - Etapa científica; vigorando as seguintes teses: Tese da Organicidade - desenvolvendo ações de tratamento médico às pessoas com deficiência e Tese do Desenvolvimento - com ações de ensino destinadas às pessoas com deficiência, sob o paradigma da institucionalização. É o período da Institucionalização. Em 1620 surge a primeira obra impressa referente à educação de deficientes, de autoria de Jean Pablo Bonet, com o título: Redação das Letras e Arte de Ensinar os Mudos Falar. Em 1770, foi fundada pelo Abade Charles Michel de L'Epeé, em Paris, a primeira instituição especializada.

ANOS 60 a 80 – ETAPA A DA INTEGRAÇÃO – A fase dos anos 60 a 70 – marca a proposta de um novo modelo de convivência social. Assim desenvolveu-se com destaque na década de 60, o predomínio da crítica ao legado psicomédico, em defesa de uma contribuição social às necessidades educativas especiais para cada tipo de deficiência, na perspectiva da responsabilidade sociológica, atribuída a cada cidadão no contexto das relações. O aluno com deficiência é retirado do contexto social, para ser orientado e, depois de considerado apto a conviver socialmente, busca-se integrá-lo na sociedade. A sociedade porém, continua sem condições de favorecer sua adaptação, uma vez que a mesma não sendo modificada, não possui suporte para garantir com sucesso, o seu retorno.

IDADE CONTEMPORÂNEA – Século XVIII e XIX – Amplia-se a visão em relação às pessoas com deficiência. Instala-se a noção de norma e normalidade, cujo princípio orientador é o da potencialidade. As possibilidades de aprendizagem da pessoa com deficiências são reconhecidas, considerando o desenvolvimento e as capacidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Responsabilizando-se a escola em oferecer alternativas pedagógicas diferenciadas, com oportunidades educacionais, coerentes com as especificidades dos alunos que não conseguem se desenvolver no Sistema Regular de Ensino., com o trabalho regularmente oferecido.

ANOS 90 – ETAPA DA INCLUSÃO - A diversidade humana, passa a ser melhor compreendida e, a mudança de paradigmas que legalmente, estabelece o direito à educação de qualidade para todos, interfere na estrutura da sociedade e da educação escolar, que reconhece o valor e a necessidade do respeito à diferença. A Escola Inclusiva oferece oportunidade a todos os alunos, estruturando-se a partir dessas especificidades. Os anos 90, integram a etapa da inclusão, configurando as iniciativas educacionais referentes às mudanças paradigmáticas exigidas pelo contexto inclusivo.

SÉCULO XXI - INCLUSÃO - A proposta explícita da inclusão escolar, é a de reverter as situações de exclusão, superando as barreiras impeditivas do processo, com todos os alunos aprendendo juntos e todas as pessoas, tendo o reconhecimento de seus direitos respeitados, sob um processo de estimulação à plena participação na sociedade. Diante disso, vigoram as ações relacionadas às políticas de intervenções decisivas e afirmativas no processo de desenvolvimento do sujeito e o resgate da realidade social.

DECLARAÇÃO DE DE MONTREAL SOBRE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL (2004 OPAS/OMS), Montreal/Canadá. O termo eficiência intelectual passa a ser utilizado em substituição à denominação deficiência mental. Esta nova conceituação implica na mudança de paradigmas para se investir no desenvolvimento do intelecto dos alunos com DI. A Associação Americana de Deficiência Mental adotou a nova terminologia, compreendendo sua abrangência para o favorecimento educacional.

De acordo com a concepção norteadora dos 'Marcos Políticos - Legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva'. Brasília/SEE/2010, a década de 90, constituiu-se como destaque no aprofundamento de estudos das questões específicas da educação especial, visando definir alternativas que melhor possam impulsionar a aprendizagem, considerando que os efeitos do modelo exclusivista repercutem de maneira negativa no contexto escolar e seus entornos. Portanto, a inclusão representa uma significativa resposta política-histórico-sociocultural, com base na democratização da educação.

A partir do exposto, é possível constatar que o século XX, distingue-se pelo exacerbado interesse voltado à pela educação das pessoas com deficiência que, tornou-se uma proposta universal e, o direito de todos à educação pública de qualidade, tem sido recorrente.

O estudo universal, da historicidade da Educação Especial em muito tem contribuído no sentido de tornar possível, analisar em sua origem, os pressupostos que deflagram a emergência de um trabalho, que vem historicamente desafiando a sociedade em geral e, mais especificamente, as instituições educacionais, buscando agregar novos paradigmas à proposta pedagógica da escola na contemporaneidade, inserida no contexto político da sociedade

globalizada e que, se pretende includente.

Esse movimento histórico guarda um grande significado para a compreensão atual da Educação Especial, já que as concepções sobre a natureza do atendimento realizado, que o antecederam e o sucederam, estão relacionados a uma complexa luta de interesses, decorrentes de transformações políticas e econômicas pelas quais passaram as diversas culturas e civilizações.

Conforme explicita Sacristán e Gomes (1998, p.22), as ações do indivíduo são guiadas pelo nível de conhecimento que lhe é oportunizado qualificando as interações processadas em seu convívio social.

Utilizando a lógica do saber, a estrutura de conhecimento construído criticamente, em cada âmbito e pluralidade de formas de investigação e busca racional, deve-se analisar na escola e na complexidade particular que o processo de socialização adquire em cada época, comunidade e grupo social, assim como os poderosos e diferenciados mecanismos de imposição da ideologia dominante da igualdade de oportunidades numa sociedade marcada pela discriminação.

Enquanto a perspectiva sociocultural amplia nossa capacidade de acesso e interatividade com o conhecimento, a reflexão correspondente à variação dos diferentes estágios evolutivos de diversificadas civilizações, faz emergir através da historicidade, sua referenciação cultural. Assim, o atendimento educacional emerge ante a nova configuração, vinculada a um

movimento social de sistematização de práticas de disciplinamento relacionadas à representação dos indivíduos.

Veiga Neto in Wortmann (2001) destaca a forte tendência à classificação que orienta o agrupamento humano. Independente do esforço que se faça para a superação dos paradigmas erroneamente utilizados como parâmetros, os resquícios da cultura da comparatividade se fazem presentes em qualquer contexto.

[...] ainda que os critérios de partilha normal/anormal emergem da 'pura relação do grupo consigo mesmo', as marcas da anormalidade vêm sendo procuradas, ao longo da modernidade, em cada corpo para que, depois, a cada corpo se atribua um lugar nas intrincadas grades das classificações dos desvios, das patologias, das deficiências, das qualidades, das virtudes, dos vícios (VEIGA NETO, 2001, p.107).

Desta forma, a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais evoluiu, trazendo à tona importantes subsídios para a resignificação dos conteúdos curriculares, priorizando em seu planejamento o desenvolvimento das aptidões do seu alunado. Reconhecidas agora como pessoas talentosas, capazes de significativo exemplo de esforço e superação, têm as pessoas com necessidades educacionais, com sua presença, desafiado o cenário educacional a realizar mudanças em seu contexto. Assim, tem a diversidade avançado em direção a inéditas conquistas, saindo da limitação opressora que por séculos lhes foi imposta.

[...] a diversidade, assim como a desigualdade, são manifestações normais dos seres humanos, dos fatos sociais, das culturas e das respostas dos indivíduos frente à educação nas salas de aula. A diversidade, poderá aparecer mais ou menos acentuada, mas é tão normal quanto a própria vida, e devemos acostumar-nos a viver com ela e a trabalhar a partir dela. A heterogeneidade existe nas escolas, dentro delas e também nas salas de aula porque existe na vida social externa. A educação também é causa de diferenças ou da acentuação de algumas delas. Nós, professores e professoras, participamos da diversificação e da homogeneização, da equiparação e da desigualdade. (SACRISTÁN & GOMEZ, 1998, p.15)

São as mudanças nas formas de organização da vida produtiva e material que determinam as transformações na constituição do organismo social. Porém, a instituição escolar torna-se também responsável em realimentar o processo sociocultural, com a disseminação e/ou divulgação das inovações. Assim sendo, os reflexos das exigências, originados a partir dessas transformações, incidem sobre o processo educacional, inferindo-se em seus aspectos mais específicos.

1.2 A Educação Especial e o Sistema Educacional de Ensino

As Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estabelecem novas

perspectivas educacionais, definindo os fundamentos básicos para que todos estudem na escola comum. O atendimento educacional especializado constitui-se uma forma de atendimento organizado para a intervenção.

Todas as áreas da Educação Especial e o Sistema Educacional de Ensino, acumulam importantes conquistas contudo, ainda existe muito a ser feito. A educação voltada às necessidades educacionais especiais, desafia realmente as instituições educativas, ao permear a estrutura curricular dos cursos, em todos os seus níveis. Em sua versatilidade, as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, orienta as escolas a adotarem novas atitudes e ações alternativas capazes de conduzir a inclusão, à totalidade de seu alunado, focalizando em todos os níveis de ensino, uma nova realidade pedagógica.

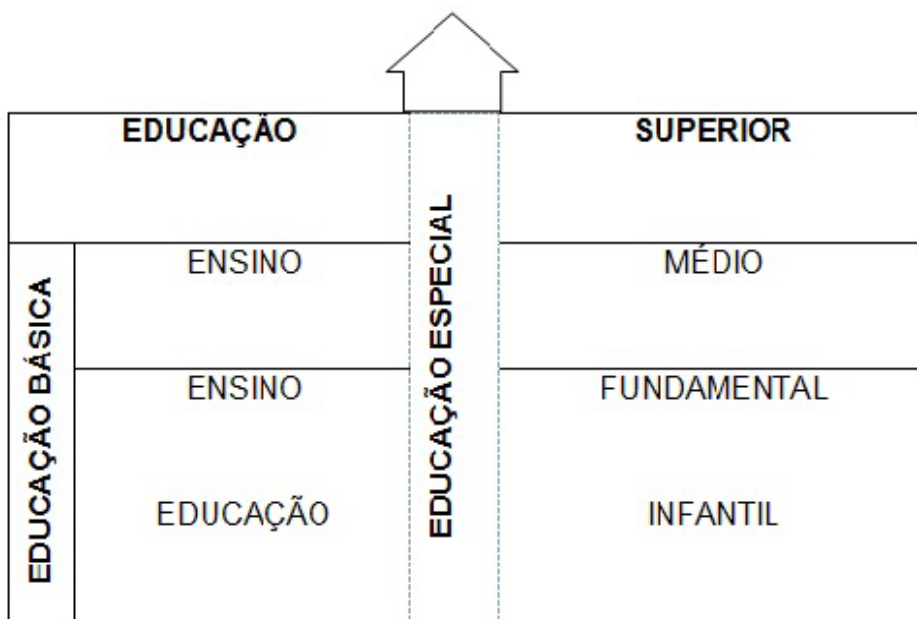
Assim, o interesse em relação às pessoas com deficiência e a construção da cidadania por meio da educação de qualidade para todos, deflagra uma diferenciada concepção paradigmática em relação às competências desses alunos, que passam agora usufruir do direito à matrícula no sistema regular de ensino e a conviver harmoniosamente no contexto sociocultural da instituição escolar, junto à coletividade.

Deve-se portanto, buscar entender o movimento que definiu a Educação Especial, ao longo da história, como parte do sistema de ensino em meio às contradições existentes no contexto geral de educação, decorrentes de suas formas de participação na sociedade capitalista, constituída na dimensão da práxis e do trabalho social. Desta forma, é importante ressaltar que pelo conhecimento da história, são desmistificadas as formas como os homens constroem a sua existência, procurando superar as adversidades para solucionar o atendimento de suas necessidades existenciais.

A partir do exposto, compreende-se a necessidade da Educação ser contextualizada, considerando as relações que a determinam.

Assim, a visão da organização educacional vai se instalando gradativa e potencialmente, com as marcas que a historicidade registra.

A LDB 9394/96, em seu capítulo V, amplia o atendimento da Educação Especial, perpassando os diferentes níveis e modalidades do processo educacional, tratando a mesma, como 'Modalidade de Educação Escolar'. Com a inserção da expressão 'portadores de necessidades especiais', garante o direito constitucional do aluno receber educação, preferencialmente na rede regular de ensino, conforme institui em seus artigos 58, 59 e 60.



Fonte: MEC/SEESP

A configuração apresentada pelo MEC/SEESP, 2001 caracteriza a transversalidade da Educação Especial em todos os níveis e modalidades de ensino, reafirmando a introdução de novos paradigmas à formação educacional para a cidadania.

Assim sendo, confere às pessoas com necessidades educacionais especiais, uma nova expectativa sociocultural,

com a necessária adequação das instituições. O acesso a níveis mais elevados de ensino, por esse novo contingente, vem progressivamente exigindo das instituições, uma atualização e/ou revitalização em sua conjuntura, que habilite a interagir com o ineditismo das exigências escolares na Educação Especial, que tanto as têm surpreendido. Nesse contexto atua a escola, respeitando as especificidades das várias modalidades de necessidades educativas especiais, apresentadas por seus educandos, priorizando a ampliação do atendimento, conforme prevê a legislação:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

O processo educativo expandiu-se permitindo o acesso de todos os alunos, numa configuração explícita da democratização das oportunidades educacionais, sem impedimentos castradores das potencialidades do educando.

1.3 O preconceito e a discriminação

O preconceito e a discriminação são armas nocivas à interação das PNEEs, uma vez que impedem que suas capacidades sejam reconhecidas. Esta dificuldade de enxergar as possibilidades, acaba reduzindo a pessoa com deficiência a um ser limitado e improdutivo, tornando -a vítima do estigma social.

Historicamente, a rejeição da sociedade para com as pessoas com deficiência, cuja influência interfere negativamente no desenvolvimento do ser humano, em muito contribuiu para aumentar a discriminação e a marginalização, podendo provocar avarias em suas condições existenciais como a diminuição da autoimagem, da autoestima bem como, a fragmentação de sua identidade, como pessoa.

Segundo Starobinas (2006), a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma em cada dez pessoas no universo, possui algum tipo de deficiência, seja física, sensorial, ou mental. Isso representa 10% da população mundial, algo aproximadamente a 600 milhões de pessoas. Considerando que o contingente da população atual do Brasil, equivale cerca de 190 milhões de habitantes, conta o país com 19 milhões de pessoas com necessidades educativas especiais.

A OMS enfatiza ainda que em países subdesenvolvidos como o Brasil, o percentual de pessoas com deficiência pode chegar a 14,5%. De acordo com as estatísticas, o número de cidadãos atingidos com histórico de deficiência é muito expressivo, fato que não pode ser desconsiderado por nenhum segmento da sociedade. Oferecer atendimento educacional adequado a estas pessoas implica em beneficiar toda a humanidade, com a promoção de uma significativa qualidade de vida e, uma efetiva elevação das condições de cidadania participativa.

O preconceito, entendido como uma atitude danosa e

hostil, pode também determinar a anulação ou deformidade da personalidade do indivíduo pois, como é um fenômeno que se fundamenta na discriminação, no tratamento desigual aos indivíduos, atua pautado em estereótipos infundados, e/ou imaginários. Trata-se de fenômeno altamente carregado de sentimentos negativos, crenças nocivas que podem interferir destrutivamente tanto em âmbito individual como social.

De acordo com González (2002, p.105), “no âmbito da educação especial, o uso de estereótipos e rótulos foi considerado como algo lógico e normal. Termos como ‘idiota’, ‘deficiente’, ou ‘subnormal’ foram aceitos como parte da linguagem educacional e incluídos na legislação, como ocorre com o termo ‘necessidades educativas especiais’.”

A luta é ainda em prol da erradicação do estigma alienador que é imposto, pela manutenção de rótulos, ambientes segregadores, pois além de impor barreiras, ainda fortalecem atitudes preconceituosas.

Constata-se que há no contexto escolar, discriminação de alunos, sob todos os aspectos porém, os que mais sofrem com essas manifestações são os deficientes e ainda, com maior ênfase os deficientes intelectuais. Também os negros, índios, ciganos, homossexuais e os oriundos das famílias de baixo poder aquisitivo, habitualmente são estigmatizados na escola. O professor precisa ficar alerta, em razão do bullying.

Na prática social cumpre-se a lei, mas na realidade ainda não se concretiza a plena aceitação da diversidade. Infelizmente as diferenças são muito estigmatizadas no ambiente escolar. Como é sabido, existe relação entre desempenho escolar e o preconceito pois, há interferência na aprendizagem, da maneira como o professor trata o aluno e, da qualidade dos vínculos que se formam a partir da relação professor/aluno. A fala mais dura, o distanciamento do professor que não se aproxima do aluno, o olhar mais tenso, a

ausência de sorriso, de contato olho a olho, e seu modo de interagir sendo por vezes mais hostil, provoca no aluno a dor da exclusão, gerando a apatia escolar.

Assim, o êxito de um movimento harmonizador compete à escola, cuja responsabilidade educacional implica em favorável mudança de atitude, no sentido de propagar as ideias de solidariedade e interação. Para buscar ao mesmo tempo, difundir os ideais de respeito aos direitos humanos, sem discriminação às pessoas com características inerentes à diversidade, é preciso fazer tentativa de promover sua inserção no movimento da teia das inter-relações. Desta forma, estarão sendo favorecidas as condições de aprendizagem e inclusão escolar.

Este processo de harmonização das relações, promovido pela educação, converte o sentimento do homem, como ser social, num engajamento fundamentado em valores intrínsecos à natureza humana. Paulo Freire (1999), defende que a educação deveria ser acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude pois, através do esforço educativo pois o, o homem como sujeito de sua própria história constrói, e se reconstrói na sociedade, buscando a verdadeira libertação e conscientização, num esforço de humanização.

O convívio com as diferenças é fator inerente à cultura da inclusão, da interatividade, conforme explicita Sacristán e Gomez (1998, p.23). Nas sociedades industriais avançadas, apesar de sua constituição formalmente democrática na esfera política, sobrevive a desigualdade e a injustiça. A escola não pode anular tal discriminação, mas sim atenuar seus efeitos e desmascarar o convencimento de seu caráter inevitável, se se propõe uma política radical para compensar as consequências individuais da desigualdade social.

Como é possível analisar, o preconceito constitui-se num provocativo desafio à escola; está no inconsciente da coletividade

estudantil e, requer dos educadores, firmeza e determinação para bani-lo. A escola fundamentada na homogeneidade vem favorecendo atitudes preconceituosas, sendo conivente com a discriminação, negando às crianças identificadas com a designação de 'necessidades especiais', o direito de conviver com a liberdade, de aprender a conviver socioculturalmente. Assim sendo, uma ideologia que privilegia a igualdade em detrimento do direito à diferença, torna a instituição escolar estigmatizadora e excludente.

Portanto, a instituição escolar tem grande responsabilidade sobre a situação pois o desrespeito às origens socioculturais do aluno, que na escola recebe dos colegas tratamento inadequado e/ou discriminatório é prejudicial. Ali permanecendo, alienado, sem contar com a atenção do professor ou, a necessária interferência da equipe escolar, acabará com sua autoestima rebaixada, sem estímulo para superar os conflitos pessoais.

Pela Lei nº 7.853/89, praticar a discriminação é considerado crime punível com reclusão de 1 a 4 anos, e multa. É preciso saber que se incorre em infração ao não se aceitar a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão da sua deficiência. Impedir sem justa causa o acesso a qualquer cargo público, por motivo de sua deficiência assim como, negar emprego ou trabalho. Recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico hospitalar e ambulatorial, à pessoa com necessidades especiais.

Assim sendo, o desenvolvimento dos programas e políticas de proteção e promoção dos direitos humanos da pessoa com necessidades educacionais especiais (PNEE), incentivam e favorecem a cultura de atitudes educativas saudáveis, que promovam a inserção sociocultural de cada cidadão.



Capítulo 2

Concepções Históricas da Educação Especial

2.1 A Educação Especial e a Democratização do Ensino

Já na primeira Constituição do Brasil (1824), o interesse do país pela educação de todos os cidadãos é registrada, sendo então estabelecida a gratuidade da instrução primária, concedendo a oportunidade a cidadãos de diferentes classes sociais. Assim sendo, os fundamentos da democratização do ensino é alavancada pela ampliação do direito à educação de qualidade para todos.

Sob os aportes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, são ampliados os debates relacionados ao direito à educação, destacando-se entre os eventos internacionais, a Conferência Mundial de sobre Educação para Todos, realizada no ano de 1990 em Jomtien, na Tailândia; a Conferência Universal de Salamanca realizada em 1994 na Espanha, donde originou-se o documento introdutor de novos paradigmas à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, estendendo a abrangência de suas ações às demais minorias e/ou excluídos sociais, dentre os quais os indígenas, as crianças de rua, e outros. Nesse processo são geradas novas formas de relações sociais, passando a escola a experimentar diferentes desafios, tentando sistematicamente compreender a prática social em sua realidade histórica, política e

cultural.

Diante do exposto, o sistema educacional reconstrói suas perspectivas em relação à Educação Especial, considerando as tendências da contemporaneidade. Assim, atuando sob os parâmetros da valorização das potencialidades do indivíduo com necessidades educacionais especiais, valoriza sua singularidade em detrimento das inapetências de suas diferenças.

As Diretrizes para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), assegura a todas as crianças que usufruem do atendimento na modalidade de ensino especial, a oportunidade de aprenderem juntas recebendo um ensino de qualidade, tornando cada aluno capaz de extrapolar suas dificuldades e/ou diferenças, beneficiado pela interação com as demais.

Independentemente da deficiência que apresenta, o educando passa agora a ser considerado sob o princípio da propositividade, ou seja, a qualidade de ensino que lhe for mediatizada deve ser orientada para uma efetiva evolução cognitiva, levando-a a interagir com alternativas diferenciadas de intervenção na realidade.

2.2 Educação Especial no Brasil

Pretende-se com a retrospectiva histórica, resgatar informações significativas a respeito do atendimento educacional das pessoas com deficiência, para favorecer a análise das instituições das políticas públicas de educação que nortearam as discussões e o encaminhamento da legislação, reconhecendo não ser mais possível continuar ignorando as construções históricas socioculturais que se acumularam ao longo das civilizações.

Portanto, em razão de suas especificidades, a educação das pessoas com deficiência fundamentou-se ao longo da história como atendimento especializado, paralelamente ao ensino

comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades de atendimento que levaram à criação das instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais, desvinculadas do Sistema de Ensino Regular.

Mazzotta (1996) caracteriza o desenvolvimento da história da Educação Especial no Brasil, com o atendimento das pessoas com deficiência sensorial, a partir da época do Império, com a criação de duas instituições de referência nacional: o Instituto Benjamin Constant (IBC) em 1854 e o Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES) em 1857, ambos localizados no Rio de Janeiro.

Registra o autor que em 1854, sob um Decreto de D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) dedicado à educação de pessoas não videntes.

Em 1857 ainda sob a regência de D. Pedro II foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Surdos-mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que caracterizou-se como instituição de referência na educação de surdos no Brasil, distinguindo-se como a instituição formadora de recursos humanos, disseminadora de metodologia, recursos pedagógicos, material didático e serviços, para todo o país.

Algum tempo depois da fundação dos institutos, foram instaladas oficinas de aprendizagem em ambas as escolas, com o ensino de tipografia e encadernação para meninos e tricô para as meninas. Em 1874, fundou-se o Hospital Estadual Juliano Moreira em Salvador, na Bahia, deu início ao atendimento de deficientes mentais, hoje deficientes intelectuais.

Em 1926, ocorreu a criação do Instituto Pestalozzi, por Helena Antipoff, para o atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1954 foi fundada no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Em 1945, foi instalado o primeiro atendimento educacional especializado,

destinado a pessoas com superdotação, na Sociedade Pestalozzi. A partir desta data foram criadas, em vários estados brasileiros, diversas instituições e escolas especializadas.

Na primeira metade do séc. XX, portanto até 1950, haviam quarenta estabelecimentos de estudo Regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais (MAZZOTTA, 1996, p.31).

As ações voltadas ao atendimento educacional de pessoas com deficiência inicialmente fundamentavam-se nas disposições da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, que apontava o direito dos 'excepcionais' à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Em 1971, a Lei 5692/71 amplia, em termos legais, as oportunidades para as pessoas com deficiências.

Em 1973 o MEC cria, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e pessoas com superdotação.

Em 1973, foi implantado o Centro Nacional de Educação Especial. (CENESP).

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 205 estabelece a educação como direito de todos e no artigo 206, afirma a igualdade de acesso e permanência na escola e ainda, em seu artigo 208, garante atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino às pessoas com deficiência.

Em 1990, a Lei 8069, Estatuto da Criança e do Adolescente

reitera, os direitos de educação a todas as crianças, com garantia de seu pleno desenvolvimento.

Na sequência houve um período de grande notoriedade, com a criação de serviços públicos, movimento que despertou inúmeras tentativas em relação à atenção das pessoas com necessidades educacionais especiais. Sugiram campanhas direcionadas ao atendimento de cada tipo de deficiência em especial, o que, posteriormente deu origem a diversos órgãos de apoio e/ou assistência aos deficientes, tais como: FENEIS (Federação Nacional de Educação de Surdos); CNEC (Campanha Nacional de Educação de Cegos); CADEME (Campanha Nacional de Educação Reabilitação de Deficientes Mentais); SENE (Secretaria de Educação Nacional de Educação Básica); e CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência).

Os debates se intensificaram e observou-se nesta fase, um grande crescimento voltado à preocupação com as pessoas com necessidades educacionais especiais, buscando vislumbrar novas expectativas bem como descobrir possibilidades inovadoras, para melhorar a qualidade de vida do grupo, fazendo com que todos pudessem sentir-se valorizados.

Associado a este período, emergem os movimentos internacionais que acabam incentivando uma mobilização nacional que começa a tomar força em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Neste período, muitos documentos foram firmados, legitimando assim uma organização mundial e um movimento voltado ao princípio de igualdade de oportunidades, a todos os cidadãos.

2.3 Educação Especial no Paraná

A Educação Especial, tradicionalmente concebida como destinada apenas ao atendimento de alunos com deficiências

(física, intelectual, visual, auditiva, física/motora, múltiplas, condutas típicas, síndromes e ainda alunos com altas habilidades/superdotação, hoje assume nova conceituação, ampliando seu atendimento educacional especializado, a todos àqueles alunos que apresentem necessidades educacionais, sejam elas temporárias ou permanentes, em razão de ser deficiente ou não; desde que por condições específicas, apresentem defasagem de aprendizagem

O atendimento educacional especializado, no Estado do Paraná, está sob a responsabilidade do Departamento de Educação Especial, atualmente identificado como Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN), órgão responsável pela articulação de políticas de atendimento às pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, dando encaminhamento aos dispositivos legais e filosóficos estabelecidos pela União, assegurando o cumprimento das diretrizes instituídas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), congregando ações para atendimento às diferentes áreas: e tipos de serviços: Deficiência Intelectual, Altas habilidades/Superdotação, Área da Surdez, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar, (SAREH).

A política de inclusão está pretenciosamente, centrada na demanda dos serviços especializados a que tem direito, o educando, favorecendo o tipo de atendimento exigido pelo aluno. A interação com professores da rede regular de ensino torna-se emergente, em razão da perspectiva da conjugação de esforços para promover a disseminação das políticas vigentes bem como, promover a ajuda mútua entre os profissionais.

A Instrução Normativa Nº 016/2011-SEED/SUED, estabelece as diretrizes para o atendimento especializado em Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I, na Educação Básica nas áreas da: deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos

globais do desenvolvimento, e transtornos funcionais específicos.

Trata a Sala de Recursos Multifuncional, da complementação pedagógica da escolarização de alunos regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino, devendo a mesma, obrigatoriamente, estar contemplada no Projeto Político Pedagógico e, no Regimento da Escola, com autorização para o funcionamento de 20 horas /aulas semanais. Pode ser implantada em Instituições tanto Estaduais como municipais, podendo atender até vinte alunos.

O cronograma de atendimento deve ser flexível e, em turno contrário ao que o aluno está matriculado; o atendimento poderá ser individual ou em grupo, de acordo com as necessidades e especificidades do educando. As Salas de Recursos Multifuncional devem ser equipadas com mobiliário e material didático específicos correspondentes às exigências das condições dos alunos que atende.

No Paraná, essa inclusão educacional é um projeto gradativo, dinâmico e em transformação e em sua fase de transição exige do Poder Público, o absoluto respeito e reconhecimento às diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção de uma Rede de Apoio composta por serviços apropriados ao seu atendimento, tais como, Sala de recursos de 5ª a 8ª séries na área da deficiência intelectual e transtornos funcionais do desenvolvimento, sala de recursos na área das Altas habilidades/superdotação para enriquecimento curricular, sala de recursos para alunos com transtornos globais do desenvolvimento, professor de apoio de sala de aula para alunos com transtornos globais do desenvolvimento, tradutores e intérpretes para educandos surdos com domínio

da língua de sinais/LIBRAS, professor de apoio à comunicação alternativa para a alunos com acentuado comprometimento físico/neuromotor e de fala e centros de atendimentos para launos das áreas da deficiênci visual, da deficiência física neuromotora e da surdez. (Instrução Normativa Nº 016/2011-SEED/SUED- grifo do autor).

Professor de Apoio em Sala (APAS) – orienta as ações pedagógicas, prestando acompanhamento aos alunos que apresentam transtornos globais do desenvolvimento,

A Educação Especial constitui-se numa modalidade visando o atendimento da demanda escolar que em suas interfaces não se beneficiavam com a metodologia de ensino vigente, sendo então vistos como fenômeno do sistema educacional bem como, objeto de comentários nem sempre pedagógicos.

Desta forma, a sistematização da Educação Especial, realizou-se integralmente, no limiar do século XX. A partir da década de 60, é que passou a integrar a organização das Secretarias de Estado da Educação como parte da estrutura de funcionamento dos sistemas de ensino. Acontecendo, de forma pioneira no cenário nacional, no Estado do Paraná em 1963, que destacou-se como Estado de vanguarda a integrar-se no movimento dos programas de atendimento educacional especializado. Uma vez implantada a primeira modalidade de serviço na área da Educação Especial, pelo governo do Paraná., é a partir dessa iniciativa, que se aprofunda a preocupação com o atendimento especializado, abrangendo a formação de professores, disseminação de ideias, difusão de informações, confecção de materiais específicos, adoção de metodologias diferenciadas, oferta de cursos e eventos.

Segundo Almeida (1998), a primeira escola especial criada no Estado foi o Instituto Paranaense de Cegos, em 1939. Em 1958,

tem início o serviço de atendimento à Educação Especial, com a criação da primeira classe especial no sistema público estadual, funcionando na atual Escola Estadual Guaíra, na capital do Estado.

Num contexto de escassa oferta de educação especializada, as políticas educacionais lenta mas progressivamente evoluíram, na construção de uma história educacional referente ao direito das pessoas com deficiência, terem acesso ao ensino especial. A realidade da Educação Especial destaca inicialmente a atuação das instituições privadas, como a da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), liderando a oferta de serviços especializados em todo o Paraná.

O movimento liderado por pais e educadores que impulsionados por motivos pessoais, mobilizavam-se em criar associações para garantir escolaridade a seus filhos e/ou mesmo por simples solidariedade, ganhou grande repercussão em todo o país, encontrando muitos adeptos no Paraná, transformando o Estado como uma referência. Nessa época, ao mesmo tempo em que acentuava-se o interesse com a expansão da educação pública, havia também uma preocupação com a iniciativa privada, sendo destinado à mesma, incentivo financeiro para a realização de sua proposta educacional, no ensino especial.

Como já é sabido, de início a participação do Estado era incipiente e, o atendimento prestado pela rede privada, destinava-se apenas a alunos com deficiência intelectual (antigamente mental), passando na sequência, a contemplar também, alunos com deficiência sensorial e/ou com outros tipos de deficiência que necessitassem de atendimento especializado.

Em 1970, o Serviço de Educação Especial passou a fazer parte da estrutura da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, agregando em sua proposta, a organização de políticas voltadas à valorização do ser humano, enquanto pessoa, independente de suas diferenças.

O reflexo do intenso movimento das organizações nacionais e internacionais em prol dos direitos humanos, fundamentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, a luta em defesa das pessoas com deficiência em muito contribuiu para o avanço de discussões com base nos princípios da democratização das oportunidades educacionais, no Brasil.

A partir da Deliberação nº 02/03 – CEE, no Paraná, emergem os debates relacionados ao interesse pelo atendimento especializado às pessoas com deficiência. As manifestações das políticas educacionais se efetivam, pautadas na proposta da educação de qualidade para todos, no sentido de promover iniciativas capazes de oportunizar a cada educando, o direito ao desenvolvimento de seu potencial, independente de suas características individuais.

Assim, em meio a complexidade das contradições que fundamentam as discussões na luta pela equidade de oportunidades, o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional, no Paraná tem impulsionado a organização e funcionamento da implementação de políticas educacionais, voltadas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, sob um memorável esforço, implantando efetivamente ações pedagógicas para o atendimento de todo tipo de deficiência, assumindo o compromisso com o provimento de recursos humanos para suprir as necessidades pedagógicas.

Na contemporaneidade, as práticas em educação especial assumem características inovadoras, com o DEEIN, criando, organizando, implantando e implementando serviços e recursos especializados, subsidiando diferentes instituições, buscando contribuir com a eliminação de práticas excludentes e discriminatórias. Dessa forma, as escolas dão legitimidade ao processo educativo, criando promissoras expectativas tanto a alunos como a pais que buscam novas possibilidades de participação.

A proposta educacional especial, correspondente à Educação

Especial é portanto implantada oferecendo serviços educacionais diversificados, para atendimento pedagógico atualizando as formas de proceder, buscando adotar os encaminhamentos que melhor se adequem e, dinamizem o atendimento educacional, segundo as especificidades dos alunos afim de que, todos tenham suas necessidades atendidas.

Correspondendo à proposta de imprimir qualidade ao seu processo histórico, o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN), empreendendo esforços conjuntamente com as APAES, no sentido de corroborar com as exigências da realidade social e, acompanhar os avanços educacionais da contemporaneidade, oficializa a mudança da modalidade de serviços ofertados pelas escolas de Educação Especial.

Autorização para alteração de denominação das escolas de educação especial como Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, na área da Deficiência Intelectual, com oferta de educação escolar nas etapas da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e modalidade de Educação Profissional/Qualificação para o Trabalho e Educação de Jovens e Adultos Fase I, em conformidade com o que dispõe o art. 21 da LDB 9394/96.

Em conformidade com a Resolução N° 3600/2011- GS/SEED, que altera a denominação do estabelecimento para: Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial. Portanto, as APAES promovem a educação escolar, legitimando sua nova categorização buscando a formação plena de seus alunos.

O critério de ingresso dos alunos na instituição escolar está subjulgado a avaliação realizada por uma equipe multiprofissional

com a finalidade de investigar as áreas do desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e motor.

A organização pedagógica da Educação Básica na Modalidade de Educação Especial apresenta as seguintes etapas:

EDUCAÇÃO INFANTIL, com o desenvolvimento da estimulação essencial e, conteúdos curriculares, do Departamento de Educação Infantil, do Município de Irati.

1. Estimulação Essencial - (0-3 anos e 11 meses).
2. Pré-escolar – (4 anos - 5 anos e 11 meses).

ENSINO FUNDAMENTAL – Escolarização (6 anos-16 anos e 11 meses).

De acordo com as normas do Ensino Fundamental de nove anos, sob as orientações de SEED, considerando as adaptações e as flexibilizações curriculares correspondentes às necessidades.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) - A partir dos 17 anos. Compreende a Educação de jovens, adultos e idosos, com deficiência intelectual e múltiplas deficiências na modalidade de Educação Especial. a EJA na fase I está organizada pedagogicamente por três áreas do conhecimento:

1. COMUNICAÇÃO - escrita, comunicação oral; comunicação gestual; alfabetização; arte; educação física e ensino religioso.
2. MATEMÁTICA - pensamento lógico matemático; matemática básica; eixos da matemática: operação, medidas e geometria.
3. ESTUDOS DA SOCIEDADE E DA NATUREZA - ciências; geografia; história; história do Paraná; história e cultura afro brasileira e africana.

A formação profissional visa a inclusão, com vistas à inserção no mercado competitivo de trabalho, possibilitando aos educandos com condições de interagir profissionalmente, um novo espaço de relacionamento.

O atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (MEC/SEESP, 2010, p.16).

Portanto, a Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial destina-se a prestar serviços especializados de natureza educacional a alunos que apresentem graves comprometimentos, múltiplas deficiências ou condições de comprometimento ou sinalização diferenciadas. Assim, quando não tiver possibilidade de acesso ao currículo desenvolvido no ensino comum, pelo fato de também precisar de atendimentos complementares/terapêuticos ou necessitarem de serviços especiais na área da saúde, terão garantia de atendimento escolar que se fizer necessário.

A expansão do atendimento especializado disponível às diferentes áreas da Educação Especial em todo o Estado do

Paraná, visa priorizar a exigência individual, assegurando com prioridade, o respeito à diferença. O direito de ser diferente e receber atendimento adequado é defendido por Ferreira e Guimarães (2003).

A valorização e o respeito à diferença contribuem para a eliminação de barreiras favorecendo o contato com o mundo da multiculturalidade, transformando as representações sociais no contexto sociocultural. Cada indivíduo é único e suas características são singulares portanto, sua convivência é capaz de resgatar os valores éticos e a solidariedade, no universo das diferenças entre os seres humanos.



Capítulo 3

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial

3.1 A Educação Especial na Legislação

Nesta unidade estarão sendo abordadas as diretrizes legais que fundamentam a Educação Especial, considerando a educabilidade disponibilizada às diferentes áreas das deficiências, bem como, os aportes dos serviços e atendimentos ofertados no Sistema Educacional de Ensino.

No Brasil, existem leis que garantem o direito à educação, às pessoas com deficiência a promoção de sua integração social e o acesso ao trabalho, bem como, intervenção e tratamento,

deliberando ao setor de saúde, a responsabilidade pela realização de ações preventivas.

A Constituição Federal (1988) assegura uma série de garantias às pessoas com necessidades educacionais especiais que, com igualdade têm direito, a usufruir do acesso à saúde, educação, cultura, esporte, justiça e defesa pelo Ministério da Justiça. E de forma específica têm direito ao trabalho, previdência, assistência social, educação e acessibilidade. Cada um destes direitos é detalhado por meio de leis e decretos específicos.

A Lei da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (COORDE), teve como parâmetro a Constituição Federal e estabeleceu medidas a serem adotadas na área da saúde, educação, trabalho, dentre outras, a forma como o Ministério Público deve agir em interesses coletivos ou difusos, das pessoas com necessidades especiais e também a forma de punir em caso destes direitos serem violados.

Assim, a Educação Especial dá encaminhamento aos fundamentos norteadores das ações estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), no atendimento educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais. Conforme Arns (1997), a Lei de Diretrizes da Educação Nacional reconhece a força e o poder que a educação exerce na formação do indivíduo. Ela representa uma promissora alavanca para instrumentalizar o cidadão a assumir uma participação ativa na sociedade. Conforme Dutra, secretária nacional de Ensino Especial em 2007,

O MEC é o órgão que orienta os sistemas de ensino, de acordo com a Constituição Federal, e em consonância com os movimentos mundiais de inclusão, que aprovaram a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada pelo Brasil, em 30 de março de 2007,

que junto com os demais países se compromete a assegurar um sistema educacional inclusivo (DUTRA, SECRETARIA NACIONAL DE ENSINO ESPECIAL, 2007).

Assim sendo, é possível vislumbrar o desenvolvimento da tendência do processo educacional especializado considerando a trajetória histórico-sociocultural que permeia os seus fundamentos em diferentes aportes:

Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), declara o direito de todos os homens à liberdade e à igualdade bem como, à educação, proclamando o dever de agirem com o espírito de fraternidade para com seus semelhantes, sem nenhuma discriminação.

Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)

Conferência realizada, na Tailândia, que tem como origem os movimentos iniciados a partir da década de 60, em favor dos direitos humanos e contra instituições segregacionistas.

Declaração de Salamanca (1994)

A Declaração de Salamanca constitui-se no documento originado da Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994, estabelecendo regras para a equalização de oportunidades às pessoas com deficiência, combatendo atitudes discriminatórias com a proposta de construir uma sociedade inclusiva. Contou a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, com uma representação de delegados de 88 governos e

25 organizações internacionais, que reafirmaram o compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de se garantir a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema regular de educação, através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro de suas necessidades, retirando-a da condição de vulnerabilidade.

Assim priorizando o direito de oportunidade educacional a todas as crianças, os países signatários da Conferência proclamaram a abertura à sociedade inclusiva, fundamentada na promoção da educação de qualidade para todos.

As escolas regulares, seguindo a orientação da tendência inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo assim, uma sociedade inclusiva e atingindo a educação de todos os cidadãos. Além disso, ao proporcionar uma educação adequada à maioria das crianças e promoverem a oportunidade para que com maior eficiência, todas as crianças aprendam juntas, o mundo estará se modificando.

Desta forma, a escolaridade compartilhada com os demais estudantes, representa o apoio necessário ao desenvolvimento da educação de alunos com necessidades especiais, capaz de promover uma cultura escolar sociocultural, diferenciada. A mudança de paradigmas decorre de uma atitude de encorajamento, de todos os cidadãos, na identificação e denúncia da alienação sociocultural a que esteve submetida esta população.

Nesta perspectiva, a Declaração de Salamanca, caracteriza-se como movimento universal, irreversível. A escolaridade inclusiva passa a ser prioridade, como parte integrante de todos os programas educativos, independentemente das diferenças e/ou dificuldades individuais dos alunos. Ressalta ainda que compete aos governantes, adotar como matéria de lei ou como prática da política educacional,

a real promoção da educação inclusiva, garantindo atendimento de qualidade a todas as crianças nas escolas regulares, otimizando a qualificação profissional do professor e demais agentes de educação.

A estimulando a participação dos pais, das comunidades, instituições oficiais ou particulares, agências e organizações de pessoas com deficiência no planejamento, na organização dos serviços, programas nacionais e internacionais oferecidos na área das necessidades educativas especiais, a fim de que viabilizem programas cooperativos que fortaleçam a cooperação técnica, reforçando a qualidade de um trabalho efetivo que estimule toda a comunidade a fortalecer a proposta da inclusão escolar, com a culminância da formação de uma sociedade inclusiva.

3.2 Princípios Básicos da Educação Especial

Os fatores políticos-histórico-sócio culturais que integram o universo das pessoas com necessidades educacionais especiais atuam como processo de construção social em sua formação. São eles por vezes, que definem a ideia referente às condições de normalidade propriamente dita, tomando como parâmetro o modelo de sociedade estabelecido como ideal.

Conforme Telford e Sawrey (1988, p. 50).

O modo como a sociedade equaciona os problemas criados pela presença de minorias deficientes e desfavorecidas reflete sua concepção fundamental da natureza e valor do homem e seus pressupostos básicos sobre as suas obrigações comunitárias para o cidadão individual.

Portanto, assim como a normalidade, também a concepção de deficiência decorre da forma como epistemologicamente se

dá a compreensão da realidade, a partir dos paradigmas que fundamentam as representações sociais, com base no universo em que o cidadão está inserido, as marcas de sua cultura estarão influenciando no prognóstico de sua realização pois, o meio exerce grande influência em sua historicidade.

Já que o ambiente é o principal responsável pela formação humana, pode-se entender que a construção de conhecimentos se dá exclusivamente por intermédio das relações que os alunos estabelecem de forma 'espontânea e livre' com o seu meio físico (AQUINO,1998, P.58-59).

Os fatores ambientais constituem-se forças fundamentais do desenvolvimento do indivíduo, pela influência que exercem em seu cotidiano. A abordagem de características pessoais, valores, hábitos, comportamentos são assimilados imperceptivelmente pelo indivíduo em suas experiências socioculturais e/ou familiares. Daí a importância da escolaridade como novo parâmetro às construções do indivíduo na constituição de sua formação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a Educação Especial não pode ser entendida como uma simples questão desvinculada do ensino regular, mas sim integrada a ele, fazendo com que a educação e o ensino apresentem uma única condição, sem distinções nem separações, que no capítulo V, artigo 58, cita: "Entende-se por educação especial, para os feitos desta lei, a modalidade de educação oferecida preferencialmente na rede Regular de Ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Atender todos os alunos juntos, amplia as oportunidades de desenvolvimento de forma geral: alunos especiais ou não e também

os professores, saem emponderados com a riqueza de vivências a se estabelecerem no contexto, com as trocas efetivas e afetivas que se originam das interações. Como afirma Ferreira (1994, p.68): “A segregação enfatiza os aspectos atípicos”.

3.3 Serviços e Programas de Educação Especial

A Educação Especial é parte integrante do sistema educacional brasileiro, constituindo-se como modalidade de atendimento que se destina ao atendimento das necessidades educacionais especiais de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Está regulamentada pelo Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, que em seu parágrafo primeiro explicita “considera-se atendimento educacional especial o conjunto de atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestando de forma complementar ou suplementar apoio à formação dos alunos no ensino regular.” (BRASÍLIA, 2010, Ministério da Educação/SEE p.27).

A partir do exposto, trata-se de um atendimento educacional que compreende um conjunto de ações integradas à proposta pedagógica da escola, resgatando a participação da família e estabelecendo parceria com as demais políticas públicas. Entre os serviços ofertados pelos novos centros de atendimento especializado encontra-se o apoio ao processo de inclusão na rede de ensino regular.

Diversos estudos têm mostrado a importância da educação especial como suporte à melhoria das condições de vida desse alunado, inserido de preferência, na rede regular de ensino, contemplando todos os níveis do ensino regular, estendendo-se da Educação Infantil ao Ensino Superior. Com atendimento também em escolas ou serviços especializados, buscando sempre priorizar as condições das especificidades do aluno, em suas diferentes áreas: deficiência intelectual, deficiência física, surdez, visual, condutas

típicas, de quadros neurológicos e psiquiátricos e psicológicos bem como, altas habilidades, superdotação.

Grinspun (2001) manifesta-se a respeito da escola, explicitando

A escola representa o espaço onde os processos e as teorias pedagógicas vão se desenvolvendo; ela também representa um espaço de transformação e de vivência das próprias experiências dos alunos e professores: espaço de trocas, criação, vivência de diferentes valores. [...]. A escola é um local de confronto com o mundo social. Nela, o aluno observa os outros, adquire o conhecimento de outros comportamentos, das intenções, dos valores, e das normas que os sustentam. É nesse contexto que vai sendo desenvolvida também, a questão do imaginário individual e social que se alimenta da realidade (2001, p.84-85).

Portanto, é direito específico da pessoa com necessidades educacionais especiais, receber atendimento educacional de qualidade, feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função de suas condições específicas, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A partir do exposto, a escolaridade deve encaminhar-se de acordo com as características das necessidades, individuais de cada educando. Assim, poderá o mesmo matricular-se no ensino regular necessitando ou não de apoio; receber atendimento em escolas especiais, classes especiais, salas de recursos multifuncionais e Centros de Atendimento Especializados.

Os objetivos do atendimento à educação especial consistem em prover condições de acesso, participação e aprendizagem no

ensino regular, garantindo a transversalidade da educação especial no sistema de ensino. Assim, promovendo o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos tem em vista a eliminação de barreiras no processo de ensino e aprendizagem buscando garantir a continuidade de estudos com o acesso a níveis de ensino mais elevados. Implica ainda, no atendimento especial da educação profissional dos alunos com necessidades educacionais especiais e encaminhamento ao mercado de trabalho. Abrange ainda a orientação às famílias, formação continuada de professores, produção de materiais especializados, atenção à saúde e assistência social.

Segundo LOPES (2011, p.68):

A sala de recursos, dentro de cada escola, é muito rica, porque o professor, além de trabalhar com o aluno, ele serve como um agente de inclusão dentro da escola. Ele faz a inclusão de fato acontecer. Por que o professor da sala de recurso em uma escola hoje, ele é o parceiro mais experiente neste sentido da inclusão.

Cabe ao professor de Apoio em Sala e aos professores da classe comum, realizar um trabalho conjunto, a desenvolver-se partindo das observações e, constatação das características do aluno, ou seja, suas especificidades constituem aportes para a eficiência do trabalho pedagógico.

3.4 Acessibilidade

A acessibilidade consiste na remoção dos entraves que interferem no acesso e/ou condições de efetiva participação nos diferentes segmentos da prática social. A acessibilidade

libera a trajetória das PNEEs em seus diferentes contextos mais especificamente a escola, de acordo com a Lei nº 10.048.

Escola acessível pode ser considerada aquela cuja estrutura arquitetônica é adequada para receber alunos com deficiência, tendo favorecidas suas condições de transitar por todos os seus espaços. Conta com equipamentos e material didático que permitam o acesso à informação e à comunicação por todos, bem como, dispõe de funcionários e corpo docente capacitados para atender a necessidades específicas de todos os seus alunos, estando em diálogo constante com a família.

Todas as leis, foram feitas para garantir e reconhecer os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, promovendo acessibilidade, igualdade, combate a discriminação, garantindo educação, saúde, transporte, acesso à justiça, trabalho e assistência social.

Portanto, o direito de ir e vir, garantido pela Constituição Federal (1988), só será efetivado, a partir da ativação do movimento à acessibilidade, priorizando a instituição de um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Tornar acessível significa eliminar barreiras de qualquer modalidade. O acessível deve estar sempre alijado ao sensível, para elevar os patamares do crescimento democrático.

A Portaria do MEC nº 10.098/00, estabelece os critérios básicos que fundamentam a promoção da acessibilidade às pessoas com algum tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida. Consoante, à Declaração de Salamanca, todas as crianças com necessidades educacionais especiais, devem receber todo apoio necessário para garantia de uma educação eficaz.



Capítulo 4

A Educação Especial em suas diferentes abordagens

4.1 A família no contexto da Educação Especial

Nesta unidade discorre-se sobre os tipos de deficiências, o compromisso da família, da sociedade, bem como suas causas, consequências, tratamentos e a incidência das mesmas, considerando o gerenciamento da prevenção caracterizando os diferentes fatores da intervenção educativa.

O atendimento voltado às necessidades educacionais das pessoas com deficiência, a exemplo das de qualquer cidadão, são muitas e variadas, requer muitos cuidados e atenção, mesmo no período anterior ao seu nascimento, dando especial atenção a esta fase, em razão do significado de suas peculiaridades, ao progresso da aprendizagem.

A deficiência não é uma doença mas, pode ser causada por uma doença, assim como por acidentes, condições sócio econômicas em crescente deterioração, também pode ocorrer por fatores orgânicos e/ou hereditários, assim como por fatores genéticos. Portanto, trata-se de uma condição na qual a pessoa não consegue realizar

algumas atividades consideradas 'normais' para o ser humano em determinada idade e condição socioeconômica e cultural. Essa condição é provocada por algum dano ou anormalidade física ou motora, visual, auditiva ou mental.

As informações relativas à fase inicial da existência da criança, oferecem grande contribuição, ao processo educativo razão pela qual, a observação torna-se fundamental instrumento de informação. Pela observação sistêmica, torna-se possível adquirir referências importantes a respeito da criança e sua forma de estar no mundo, conhecendo suas preferências, relações interações, os vínculos que se constroem, entre outros aspectos. Suas práticas estão centradas nas condições e possibilidades da criança, devendo ser respeitadas as especificidades que a caracterizam.

A família constitui o berço da formação. É onde se funda desde a concepção a base do desenvolvimento do ser humano porém, a instituição escolar é prioritariamente, responsável por aprofundar estudos que referenciem o direito às diferenças como uma questão inerente à cidadania. Em qualquer que sejam as circunstâncias, os pais devem demonstrar interesse pelos seus filhos, participando de seu desenvolvimento e, em especial, no acompanhamento de seus estudos.

Buscaglia (1993 p.13) afirma que "a luta dos pais que possuem filhos com algum tipo de limitação especial começa exatamente desde o momento em que recebem a notícia de que há algo que foge da normalidade com seus filhos".

A partir daí, começam a enfrentar uma série de encaminhamentos médicos, em busca de solução, respostas e/ou explicações para as condições que passam a desafiar a família toda. É o momento em que mais têm necessidade de apoio, de pessoas que possam auxiliar a enfrentar os desafios, que saibam compartilhar de suas preocupações e que tenham objetivos comuns, ou seja, que queiram o bem da criança e auxiliem no encaminhamento

adequado, para poder amenizar as preocupações.

Os autores Ferrari e Vecina (2002, p.28) explicitam a importância da família “a família é uma unidade de busca de desenvolvimento, de experiências, de realização ou de fracasso, de saúde ou de doença”.

Nesse contexto, a efetiva intervenção da família é fundamental estímulo ao desenvolvimento da criança. Portanto, a função estimuladora da família é essencial à ação tanto preventiva quanto educacional e afetivamente mas que, nem sempre são relevadas pelos pais.

Assim, os pais continuam se interrogando, enquanto observam a instalação de novos estigmas que insistentemente permanecem: Por que aconteceu tal fato? Será que meu filho terá uma vida normal? Ele terá condições de frequentar uma escola regular? Conseguirá progredir no universo da cognição? É preciso despertar para um importante questionamento que supera todos os citados: Como evitar que aconteça? Esta é uma interrogação inteligente e que ninguém melhor que a família poderá intervir.

Bronfenbrenner (1996), avalia o grupo familiar como um ambiente pequeno, inserido num ambiente maior, que é a escola. Atua sobre o desenvolvimento da criança e a interdependência que se estabelece entre estes dois sistemas, interferindo no desenvolvimento de sua formação sociocultural.

Assim, integrados à sociedade, família e escola possuem um objetivo comum que é a construção do conhecimento da criança que, apresenta em seus referenciais formadores, aspectos relacionados ao contexto dos grupos circundantes, em especial o familiar. O nível de maturidade e o equilíbrio que a criança adquire, depende portanto, em grande parte da educação recebida na infância. A responsabilidade dos pais passa a ser maior quando não encontram com quem dividir suas responsabilidades e preocupações.

O autor anteriormente referenciado recorre a uma citação

do Dr. Sol Gordon (1974, in BUSCAGLIA, 2006, p. 8) afirmando que

É a sociedade quem cria os incapazes. Enquanto a maior parte das deficiências é produto do nascimento e de acidentes, o impacto debilitante na vida das pessoas frequentemente não é resultado tanto da 'deficiência' quanto de forma como os outros definem ou tratam o indivíduo. Encarceramos centenas de milhares de pessoas com necessidades especiais em instituições de custódia; mesmo aqueles afortunados o bastante para receber serviços na comunidade em geral encontram-se em ambientes segregadores e conseqüentemente estigmatizantes, tais como associação de apoio e escolas especiais. Estes meios estereótipos de servir as pessoas com necessidades especiais através da institucionalização e do isolamento, refletem o princípio de que os indivíduos com deficiência não tem interesse ou habilidade para interagir com a sociedade mais ampla.

Como é possível analisar, são inúmeras as regras convencionalmente impostas ao comportamento dos cidadãos, e nem sempre decorrem do bom senso e interesse pela melhoria da qualidade de vida das minorias. Em geral, a preocupação pela manutenção dos interesses do poder é que atua como referente desse estigmatizado contingente, definindo as regras para sua convivência. As interações que se efetivam, mais especificamente no contexto familiar, em geral acontecem carregadas de afeto e cognição e, como afirma Brazelton e Greenspan (2002, p. 24) “[...]”

em termos de valência, aquelas que são emocionalmente muito significativas para a criança são as que apreendem seus desejos e promovem sua inteligência.”

De acordo com tal concepção, quanto mais vínculos afetivos forem construídos, no contexto sociocultural dos educandos especiais, permitindo com que se conservem envolvidos nas situações e histórias familiares, maior será a possibilidade de serem favorecidas suas condições de crescimento e evolução individual. E mais, para que isso aconteça, torna-se necessário que as barreiras do preconceito e da discriminação sejam eliminadas, considerando a valorização da superação dos empecilhos à interação e à convivência na sociedade.

Ainda, neste sentido Buscaglia (1993 p. 25), afirma que o estigma do preconceito é tão grande que acaba muitas vezes contaminando a própria família da criança, fazendo com que o que é considerado normal pela sociedade também seja aceito por aquela. Assim, tanto o trabalho terapêutico como o educacional, correm o risco de perder seu verdadeiro objetivo, pois os pais podem acabar confundindo sua real finalidade, com as aspirações da normalização, ou seja, deixam de reconhecer o sentido de tais intervenções e seus benefícios para o desenvolvimento de seu filho, passando apenas a vislumbrar a perspectiva da ‘cura’ aspirada.

4.2 O diagnóstico, a prevenção e a educação precoce em relação às deficiências

O diagnóstico precoce

O diagnóstico precoce beneficia acentuadamente a prevenção, o tratamento e acompanhamento da evolução do restabelecimento da criança, evitando sequelas ou que as mesmas se acentuem, intervindo para minimizá-la. Por esta razão, os pais e/ou

responsáveis pelo bebê, devem manter-se atentos ao comportamento do recém-nascido pois, suas manifestações devem ser observadas com carinho, informando ao pediatra qualquer alteração. Além disso, a observação oportuniza a tomada de conhecimento sobre as reais condições da criança. Portanto, é de suma importância para o bom encaminhamento da educação especial precoce, que efetivamente direciona-se a crianças de risco e/ou que apresentam um comprometimento, no seu processo evolutivo, que haja urgência na tomada de decisões.

A Declaração de Salamanca (1994), enfatiza a necessidade de se investir maior esforço na identificação e nas estratégias de intervenção precoce, assim como nos aspectos da prevenção de deficiências.

A prevenção assume diferentes configurações pois desde o seu nascimento, o homem está se projetando à procriação. Ao resguardar-se para uma existência saudável, priorizando hábitos e habilidades que qualifiquem um vigoroso estado de vida, com cuidadosas iniciativas, sob a expectativa de preservar à prole melhores condições genéticas, estará contribuindo para a preservação da melhoria da espécie humana.

Existe por parte do Ministério da Saúde, um grande empenho na prevenção e diagnóstico precoce com encaminhamento à realização de tratamento quando necessário. A urgência é uma questão primordial para o êxito dos resultados portanto, quanto mais rápido for diagnosticado e, se iniciar o tratamento, maiores serão as chances de superação podendo evitar sequelas devastadoras. Conforme já citado, a Organização Mundial da Saúde afirma que 70% das deficiências podem ser evitadas, adotando-se alguns cuidados básicos e investindo sobre um eficaz trabalho preventivo.

A prevenção da deficiência

A prevenção da deficiência é um assunto que deve interessar a todos os cidadãos por questão de humanismo principalmente, da parte das autoridades constituídas, uma vez que intencionalmente a luta da sociedade universal é no sentido da elevação da qualidade de vida à humanidade. Não se pode descuidar, sendo sempre bom ter precaução pois a prática preventiva deve ser adotada continuamente, considerando sua relevância no decorrer de toda a vida.

A conservação da saúde é vital condição preventiva, conforme destaca a Carta Magna da nação,

Artigo 196 da Constituição Federal: “ A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Assim sendo, a intervenção às mudanças das políticas públicas torna-se urgente e necessária, para a implantação de um novo direcionamento à cultura dinamizadora de condutas conscientes do valor e responsabilidade de uma existência saudável bem como, das consequências favorecedoras do hábito de viver de forma idônea e sabiamente, sob os parâmetros da coerência dos princípios de cidadania, com a convicção de que não é ético conviver com deficiências que poderiam ser evitadas.

O esforço é justificável uma vez que, a literatura registra a importante informação que 70% das deficiências poderiam ser evitadas, com a adoção de cuidados básicos de higiene, saúde, alimentação, hábitos saudáveis de vida; orientação, divulgação de

informações, à comunidade. Desta forma, é preciso ficar alerta para a prática da prevenção.

O atendimento preventivo deve efetivar-se precocemente, para que seja possível livrar-se de problemas reais ou potenciais que a criança possivelmente apresente. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10% da população de qualquer país é portadora de algum tipo de deficiência, com a seguinte distribuição: 5% de deficiência intelectual/mental; 2% de deficiência física; 1,5% de deficiência auditiva; 0,5% de deficiência visual e 1% de deficiência múltipla.

O grande contingente de pessoas com deficiência surpreende e causa preocupação, em razão da projeção do índice de crescimento dessa população, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Censo de 2010 afirma a incidência de um índice de 23,9% pessoas com algum tipo das deficiências investigadas em todo o país, um dado que preocupa pela questão das implicações que acarretam.

Em relação ao último Censo Demográfico, realizado em 2010, há um crescimento nonúmero de pessoas que declarou algum tipo de deficiência ou incapacidade. Naquela ocasião, 24.600.256 pessoas, ou 14,5% da população total, assinalaram algum tipo de deficiência ou incapacidade (IBGE, 2010).

Segundo dados do Censo de 2010, do total da população do Brasil: 190.755.799, pelo menos uma das deficiências foi detectada em 45.623.910 pessoas. Número que por si só já causa inquietação e, se comparado com os índices anteriores, provoca maior impacto

na população que interage com a causa da diversidade.

Sob tais parâmetros, estima-se que o Brasil possua cerca de mais de 19 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, necessitando do poder público enérgicas iniciativas para reter este indesejável crescimento. Reconhecidamente, é imprescindível investir na prática da prevenção como a medida mais eficiente para mudar esta realidade, pois os números denunciam a imensa desconsideração com que tem sido tratada a questão.

No entanto, para que a prevenção se efetive solidamente, a principal iniciativa é prioritariamente, conhecer as causas e origem das deficiências, para saber como preveni-las em suas variadas manifestações:

a) Prevenção pré-concepcional

O comportamento preventivo deve iniciar precocemente, ou seja, no momento em que se vislumbra a possibilidade de vir a conceber sua prole pois, o risco de gerar um filho com deficiência está relacionado a diferentes fatores ou causas e, a má formação do feto geralmente ocorre durante as primeiras semanas da gestação. O melhor momento para o casal conhecer as suas condições de saúde para gerar uma criança, com certeza, é o período que antecede a gravidez. Portanto, torna-se fundamental procurar o acompanhamento médico adequado, buscando através de exames apropriados, eliminar o máximo possível, os riscos e problemas.

Existem exames que ajudam a prevenir grande parte desses riscos, como principais constam: hemograma (sangue), glicemia, reação sorológica para sífilis, HIV (AIDS), tipagem sanguínea, urina, toxoplasmose, hepatite, fezes.

Além das causas hereditárias, que são alterações genéticas ou cromossômicas como a Síndrome de Down, por exemplo, algumas deficiências podem ser provocadas por problemas de saúde da

futura gestante.

b) Prevenção pré-natal

Uma vez comprovada a gravidez, o objetivo passa a ser garantir o bem estar e a saúde de ambos: mãe e filho, considerando a importância de se elaborar um histórico da saúde do próprio bebê. Durante a gestação, o médico que acompanha a gestante poderá utilizar-se de exames como a ultra sonografia e exames de sangue, para acompanhar a evolução da gestação. Esses exames orientam o médico sobre o tempo de vida, crescimento e desenvolvimento, tamanho, posição e conforto fetal.

As gestantes portadoras de doenças como: hipertensão arterial crônica, diabetes, anemias ou tipo sanguíneo com RH negativo, também podem ter o desenvolvimento do bebê comprometido. Isso não impede que o bebê nasça sadio. Apenas indica que sua fase de vida intrauterina deve ter um constante acompanhamento médico.

O histórico da gestante pode indicar uma gravidez de risco em casos de já existir casos de deficiência na família, gravidez anterior difícil, idade precoce ou avançada da mãe. Esses casos requerem atenção, devendo o casal procurar, antes da gravidez, um serviço de genética médica, para estudo cromossômico e para conhecer as probabilidades de possíveis anomalias no feto.

A gravidez de risco exige práticas preventivas específicas tanto no período pré concepcional como no pré natal; deverá ainda contar com o apoio contínuo de profissional especializado para uma avaliação eficiente. Atualmente são disponibilizados exames que ajudam a detectar a ocorrência de alterações no desenvolvimento fetal. São exames que permitem ao médico diagnosticar se o bebê é portador de Síndrome de Down, anomalias cromossômicas, doenças infecciosas, problemas cardíacos ou alterações da circulação sanguínea.

Além das causas genéticas, a deficiência pode ter entre outras origens, traumatismos, tentativas de aborto, exposição aos raios X, radioterapia e uso de medicamentos. Assim é possível perceber a importância do acompanhamento médico na fase pré natal, bem como, o valor de seguir corretamente as orientações indicadas.

O uso de medicamentos só deverá ocorrer, sob prescrição médica pois, mesmo que aparentemente sejam inofensivos, existe o risco de danos. Exemplos: a vitamina C, pode causar má-formação no feto, se ingerida em altas doses; a exposição ao raio X, solicitada apenas quando estritamente necessária e mesmo assim, com a barriga da gestante protegida com avental de chumbo.

c) Prevenção perinatal

Após o nascimento, as condições cardíacas, respiratórias, musculares e dos reflexos do recém nascido precisam ser avaliadas. Cada um desses itens recebe uma nota em três diferentes momentos: no primeiro, segundo e quinto minuto de vida.

Esse conjunto de avaliações é chamado de Apgar do recém nascido, ou seja, uma nota que indica as condições gerais de saúde do bebê. Essa informação será de grande validade para o pediatra durante o desenvolvimento da criança.

Ainda na maternidade, o recém-nascido deve fazer o teste do pezinho pelo qual é possível detectar a existência de duas doenças congênitas: o hipotireoidismo congênito e a fenilcetonúria, que é uma alteração no metabolismo. Essas duas doenças não causam nenhum problema se diagnosticadas e tratadas precocemente. Portanto, do ponto de vista preventivo, o teste do pezinho é um recurso que jamais poderá ser dispensado.

O teste do pezinho, o documento com a nota Apgar e orientações sobre o calendário de vacinação são direitos de todos os recém-nascidos. Existem casos em que algumas informações

sanguíneas dos pais tornam-se importantes e não podem ser desconsideradas.

A eritoblastose fetal, doença do recém nascido ou doença hemolítica do recém-nascido, é a incompatibilidade sanguínea (fator RH) entre sangue materno e o sangue fetal, cujas causas originam-se do fator RH dos pais. Uma mulher RH (-), casada com um homem RH (+) poderá ter um filho RH (+) cujas hemácias irão sensibilizar a mãe que produzirá anticorpos que passarão para a circulação do filho, destruindo suas hemácias, provocando a doença. Como consequência o feto poderá falecer na gestação ou após seu nascimento. É possível ainda, acontecer de vir ao mundo, um recém nascido gravemente ictérico com possibilidade de deficiência mental além de surdez e da paralisia cerebral.

O primeiro e o segundo filho, podem ser pouco afetados, mas em gestações seguintes, a mãe irá sendo sensibilizada gradualmente e a cada nova gestação aumentará o grau de danos a serem causados ao filho. Se a criança nasce afetada pela doença pode-se fazer uma transfusão total de sangue. Existem outros métodos que têm contribuído para reduzir o retardamento mental, a surdez e a paralisia cerebral. Estima-se que a incompatibilidade do fator RH seja a causa do retardamento mental de um caso em cada 150 a 200 nascimentos.

d) Prevenção pós-natal e na primeira idade

A Prevenção pós-natal e na primeira idade do bebê é de fundamental importância pois os primeiros anos de vida da criança são vulneráveis, estando a mesma sujeita a manifestar e/ou adquirir algum tipo de deficiência. Época em que pode ser acometida por doenças próprias da infância como: meningite, sarampo, varicela, entre outras. Além disso, ela estará exposta a traumatismos, queimaduras, ingestão de alimentos contaminados, intoxicação

por medicamentos, produtos de limpeza, acidentes com soda cáustica, instrumentos cortantes, fogo e similares, são as causas mais frequentes das deficiências nesta fase da vida da criança. Além disso, desnutrição, problemas metabólicos e maus tratos na primeira infância também podem afetar seu desenvolvimento e causar deficiência.

Como programa de prevenção, o ideal é estar sempre atento às crianças, cuidar da sua higiene e bem estar, levando-a mensalmente ao pediatra, principalmente no primeiro ano de vida; seguir a tabela de vacinação, priorizar o aleitamento materno e utilizar medicamentos somente com orientação médica.

A prevenção é, sem dúvida, um compromisso muito importante que cada um de nós deve ter na questão das deficiências, em todos os períodos da vida.

Causas das Deficiências

Principais causas das deficiências e o período em que as respectivas deficiências ocorrem.

Fonte: Cartilha da APAE de São Mateus do Sul (s.d.)

Causas	Durante a gravidez	no nascimento	Após o nascimento
Genética e congênita	Síndromes, Hipotireoidismo, Congênito, Distrofia muscular e outras formas de formações		
Infecções	Rubéola, Sífilis, Toxoplasmose	Infecção hospitalar	Meningite, Sarampo, paralisia infantil, caxumba e outros.
Mecânicas	Quedas, traumatismos, tentativa de aborto, partos prematuros e hemorragias.	Anoxia, traumas cranianos, fórceps, lesões nervosas, dificuldades de adequação do pulmão ao nascer passando do meio aquático ao aéreo.	Acidentes de trabalho, automobilísticos, quedas, agressões físicas.
Física	Raio x Radioterapia		Fogo, instrumentos cortantes, soda
Tóxica	Medicamentos, drogas, álcool ou fumo	Medicamentos, oxigenoterapia (não controlada)	Medicamentos, alimentos contaminados, produtos de limpeza.
Má alimentação)	Desnutrição, anemia		Desnutrição, anemia
Outras	Hipertensão, fator RH, diabetes, problemas cardíacos	Prematuridade, erros hospitalares, dificuldade respiratória, icterícia.	

A educação precoce

A estimulação e/ou educação precoce caracteriza-se pelo atendimento especializado ministrado a crianças consideradas de risco ou, que apresentem necessidades especiais, até aos três anos de idade. Quanto mais precocemente for iniciada a intervenção e, quanto mais experiências significativas forem proporcionadas à criança, maiores serão os benefícios para o seu desenvolvimento, na superação das defasagens. Nos anos iniciais, a aceleração do processo de aprendizagem torna-se favorecida, por ser um período em que o cérebro humano apresenta-se em fase de desenvolvimento, com grande plasticidade neuronal, ou seja, é a fase em que as células nervosas são ativadas e, sua funcionalidade depende das interações que se efetivarem. Portanto, o desenvolvimento do bebê será tão melhor elaborado, quanto maiores forem as especificidades e, a qualidade dos estímulos proporcionados.

A estimulação precoce deve oferecer orientação às famílias, buscando o envolvimento parental pois, a participação familiar poderá favorecer a comunicação, tornando efetivas diversificadas habilidades, com o estabelecimento de vínculos com os demais familiares. Esse papel essencialmente reservado às famílias, conforme Simonek (1996), “ São pequenas atitudes que iniciam na gestação e se prolongam para a longo da vida da criança.” Assim, as interações afetivas estarão enriquecendo com novas experiências o desenvolvimento das crianças. A interface nessa interação constituir-se-á numa fonte geradora de conhecimento entre todos os envolvidos, nutrindo com informações básicas aos genitores, sobre as reais condições de educabilidade do filho.

O apoio oferecido é muito importante e benéfico aos pais que certamente estarão necessitando de apoio psicológico. Pode-se agilizar o atendimento apresentado com a prática de atividades que possam favorecer algumas áreas do desenvolvimento infantil

a cognitiva, afetiva, psicomotora e social tornam-se fundamentais.

O ambiente estimulador muito contribui para o progresso da aprendizagem da criança, de modo geral e mais especificamente, na estimulação precoce. De acordo com os resultados dos estudos a respeito do desenvolvimento, há estreita relação da metodologia da estimulação com a superação das defasagens e/ou estigmas. A utilização de tais práticas, centradas nas condições e necessidades da criança, tem revelado as mais eficientes contribuições, aprofundando a capacidade motora bem como, a aquisição de conhecimentos relativos ao processo de desenvolvimento nos anos iniciais.

A atuação prática do professor deverá estar centrada nas condições de desenvolvimento e dificuldades da criança, considerando suas características, buscando aprofundar os conhecimentos relacionados ao desenvolvimento da mesma nos anos iniciais da escolaridade. Este período é de suma importância para o êxito da educação precoce pois o contexto da Educação Infantil constitui-se um espaço favorável ao exercício do processo evolutivo da criança. As estratégias do trabalho educacional precisam ser estruturadas de acordo com as áreas do desenvolvimento a serem atingidas, considerando o potencial ou o comprometimento da criança. O efetivo atendimento da estimulação precoce relaciona-se à intervenção realizada com crianças pequenas, respeitado seu estágio evolutivo.

Diante disso é preciso propiciar situações que favoreçam o desenvolvimento das capacidades das crianças deficientes em todas as fases, através de estimulação, interação com outras crianças, família e sociedade.

4.3 A formação do professor de Educação Especial

Neste capítulo a abordagem relaciona-se à educação profissional e mais especificamente à formação de docentes para a educação especial, reconhecendo a necessidade de ampliação de conhecimentos que passaram a ser exigidos do professor, com a democratização do ensino.

A preocupação da Conferência realizada em Salamanca, na Espanha (1994), afirma o dever dos governantes de garantir que, no contexto duma mudança sistêmica, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em serviço, incluam respostas significativas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas.

A acolhida de todos na escola, mudou o perfil das instituições de ensino forçando-as a adotar nova pragmaticidade em suas ações curriculares. Integrada ao grande avanço das transformações sociais e, devido a maior exigência na formação profissional dos educadores, novas concepções vão gradativamente sendo, de modo reflexivo, agregadas ao cenário escolar.

Assim, há de se considerar que as novas competências que emergem da sociedade acerca da formação teórica e prática dos futuros professores, façam parte da discussão relacionada com a educação para todos; para que mobilize o apoio das organizações relacionadas com o ensino, de forma a promover a adequada formação de professores, tendo em vista as exigências das especificidades dos alunos.

Formação que necessita ir além dos aspectos metodológicos e curriculares mas, que exige que sejam considerados os reais aspectos dos contextos sociais em que a escola está inserida. O professor que investe esforços para compreender seu aluno aproximando-se, formando parceria em seus estudos, permanecendo a seu lado para auxiliá-lo em suas necessidades, respeitando suas características

e valorizando seus talentos, deve sentir-se orgulhoso, tanto como profissional quanto como cidadão.

Segundo Périssé (2004, p. 54), “Não é possível haver comunidade de aprendizagem em um ambiente não democrático.” Poderá desta forma, o professor descobrir a própria capacidade de operacionalizar mudanças com sua perspicácia de educador, refletindo sobre a história de vida de muitos outros estudantes, tornando-os cidadãos dignos e responsáveis, sustentados em seu cotidiano, pela suprema força de luta que os orienta ao sucesso e ao processo de transformações.

As e/ou transformações só podem ocorrer com ações exercidas pela sociedade, em prol do desenvolvimento individual, através da mediação das instituições educativas, geradas no coração humano, com a descoberta da verdade e o modo pleno de viver, razão pela qual, a Educação Especial mais do que qualquer outra modalidade, exige professores capacitados.

Nem sempre o homem tem consciência da força contida em seu interior pois trata-se de uma descoberta fruto da sua sabedoria irradiadora do auto conhecimento. Assim sendo, muito dessa energia transformadora permanece desativada, impedindo que o mesmo seja conhecedor do sucesso. Infrutífera será sua existência, se continuar agindo na obscuridade que prefigura o abandono do homem aos vícios do descrédito de si. É com a força do compromisso consigo mesmo, que o homem se vê alimentado interiormente sentindo-se capaz de transformar o mundo ao transformar-se.

Segundo Freire (2001), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. A interação entre professor-aluno, deve realizar-se considerando as devidas especificidades, sob a capacidade do educador para entender e tratar cada criança como criança, não visualizando apenas como aluno, e tratar suas características tendo em vista o desenvolvimento de suas peculiaridades.

O mundo contemporâneo exige do educador, um repensar

da prática pedagógica de modo a capacitar-se para enfrentar os desafios e as possibilidades que o poder da educação exigem (LIBÂNEO, 2005, p. 97). Diante deste contexto, o papel do educador como agente transformador, responsável pela intermediação das mudanças paradigmáticas, suscita um contínuo interesse para ressignificar sua prática pedagógica.

Assim, conforme Veiga (1998), a adequação dos esforços e do tempo na escola, requer do professor muito além do simples preparo profissional e/ou apropriação dos saberes. A organização do trabalho pedagógico requer tempo e espaço para aprender, numa confluência construtiva, de apropriação de saberes, articulada à superação da fragmentação do trabalho pedagógico, implementada pela relação professor x aluno.

O ensino especial numa dimensão transformadora, crítica e reflexiva, investe esforços na superação de saberes dicotomizados, originários de uma prática pedagógica reprodutora, cuja aceitação da cultura herdada, sem questionamento, restrita à manutenção do status que vem cedendo espaço para a reflexividade de um trabalho crítico, que de modo funcional, procura atender a diversidade cultural indo ao encontro das necessidades especiais de seu alunado.

Ao ensinar, o professor deve ter presente a compreensão e intervenção na realidade, pois ao desenvolver o diálogo e a criatividade, poderá transitar com maior criticidade, buscando a funcionalidade dos saberes escolares como contributo social e político com impacto no desenvolvimento individual e, contexto sociocultural, tendo como parâmetro sua concepção de sociedade, de mundo e de homem. Ao lidar com situações conflitantes, multifacetadas, incertas e muitas vezes ambíguas, sente o docente, necessidade de reelaborar o conhecimento.

Para o êxito profissional, é preciso ao professor, investir em atualização científica, técnica e cultural como componentes de formação permanente. Assim, compete ao mesmo, reconhecer o

impacto das novas tecnologias de comunicação, na educação e, à medida do possível incorporá-las como meio e como ferramentas de aprendizagens. Novoa (1991) afirma que a formação continuada deve estar articulada ao desempenho profissional.

Desta forma, poderá ainda o professor integrar no exercício da sua prática pedagógica, a dimensão afetiva do relacionamento interativo professor e aluno, como modalidade específica de desempenho emocional na aprendizagem escolar. A interação entre professor e aluno, deve realizar-se considerando as devidas especificidades, sob a capacidade de o professor mobilizar seus próprios saberes, colocando-os a serviço de cada criança, considerando as características de sua apropriações, lembrando sempre que a força de seus atos está no amor.

Diante do exposto, entende-se a necessidade de aprofundar as discussões para investir em mudanças capazes de garantir medidas e, que possibilitem maior embasamento teórico-prático, na formação do professor, considerando a emergência da efetividade de um trabalho mais significativo no contexto da Educação Especial. Além disso, há premente urgência de se subsidiar as instituições escolares com material bibliográfico, que trate de assuntos relacionados às questões pertinentes à temática da Educação Especial e seus entornos.

Portanto, ensinar significa agir sistematicamente dando uma direção deliberada ao processo de aprendizagem, através da organização e apresentação do conteúdo, sendo respeitadas suas características pessoais de aprendizagem. Ensinar exige um sério comprometimento e verdadeira preocupação com a evolução da criança, considerando a reflexão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem bem como, avaliando a amplitude da tríade dinâmica composta pelos elementos básicos: aluno, professor e conteúdo. O professor tem que dominar os conteúdos a ensinar, apreender uma visão geral da disciplina, sendo capaz de manter

uma reflexão epistemológica.

A aprendizagem é um processo idiossincrático do aluno porém, o professor precisa esforçar-se para manter uma estreita relação entre saber como o aluno aprende, conhecer o que ele já sabe e, saber o que fazer para auxiliá-lo a aprender melhor.

Ausubel (1985) afirma que o fator isolado mais importante a influenciar a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. Portanto, torna-se fundamental que o professor determine isso e passe a ensiná-lo de acordo. O aluno não aprende pela simples internalização de algum significado recebido de fora, isto é, dito pelo professor mas sim, de modo específico, um processo seu, idiossincrático, próprio, de atribuição de significado, que resulta da interação de novas ideias, que estarão se associando, com as já existentes na sua estrutura cognitiva.

As ações praticadas pelo professor em sala de aula e nas atribuições que mantém com seus alunos, existem padrões consistentes que constituem o seu estilo próprio de ensino, com manifestação de sua concepção e ideologia educacional, valores socioculturais e princípios formadores. As atividades propostas aos alunos, sua organização profissional, os procedimentos em sala de aula e as inter-relações que estabelece, bem como as modalidades de avaliação adotadas, constituem-se mecanismos de formação educacional. Assim, pelos procedimentos que o professor utiliza, pelas escolhas que faz, pelo contrato didático que implanta, ele se refere implicitamente a um conjunto de valores e de finalidades do qual deve ter consciência, para poder realizar a reflexão didática.

Dessa forma, o professor constitui-se no elo catalisador para o aluno, que como aprendiz tem em seu exemplo, o melhor incentivo para aprender. Como profissional, comunicador, de ideias, preocupa-se também em escutar e ajudar os alunos por quem é responsável, acreditando em sua capacidade de poder sempre ajudar o aluno a apropriar-se do saber.



Capítulo 5

Considerações pedagógicas das diferentes áreas da Educação Especial

5.1 O Projeto Político Pedagógico no contexto da Educação Especial

O Projeto Político Pedagógico (PPP) em sua proposta educacional tem como finalidade assegurar a todos os educandos o direito à educação e a permanência da criança na escola, como condição fundamental para a construção de uma sociedade formada por homens conscientes, com capacidade para enfrentar os desafios individuais e coletivos, tendo em vista a conquista de uma nova realidade sociocultural.

Assim sendo, o direito à educação de qualidade deve ser contemplado no projeto político pedagógico da escola (PPP), considerando as diferenças dos estudantes nela matriculados. O atendimento às características do alunado constitui-se uma forma de construção democrática, garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). Portanto, pela forma como a instituição escolar atua, mobilizando esforços na concretização de sua proposta educativa, é possível detectar os reais objetivos que

inspiram sua prática formadora.

À cada escola é dada a oportunidade de construir seu próprio PPP com a participação de toda a comunidade escolar e, a colaboração das famílias, como tentativa de mobilizar e organizar todas as forças e meios disponíveis, em prol do ensino de qualidade.

A partir do exposto, o PPP como fator de identidade da escola, representa o instrumento adequado para tornar efetivas as ações da instituição escolar, voltadas ao compromisso da democratização do ensino, favorecendo o avanço necessário às PNEEs. Ele é quem dá visibilidade à ideologia que fundamenta o processo educativo, sistematizando intencionalmente, a organização dos conteúdos curriculares. Dessa forma, precisa a escola, por meio de um trabalho dinâmico responder às demandas de seu alunado, estabelecendo a necessária articulação entre escola, família e comunidade, segundo orientações das Diretrizes da Política Educacional da Educação Especial na Educação Básica. E ainda, distinguindo a importância da reflexão relacionada à concepção pedagógica da inclusão, considerando a questão da inserção, permanência e terminalidade escolar das PNEEs.

A construção de uma escola disponível a todos requer a parceria plena dos diferentes segmentos da sociedade pois, exige o engajamento de todos os envolvidos, para que os alunos atuem como construtores do conhecimento e se envolvam na reconstrução da mesma. Cabe portanto à instituição, por meio da PPP conclamar toda a comunidade escolar, para que participativamente interaja, buscando melhor informar-se para compreender as especificidades da sua população estudantil.

A organização do trabalho escolar deverá efetivar-se a partir de pressupostos que favoreçam as bases da autonomia político pedagógica da escola e, com tal prerrogativa, atente à construção de seu próprio projeto político pedagógico de forma

precisa, afim de estabelecer as diretrizes que fundamentem a formação de todos os seus alunos, independente de suas diferenças. Assim, interessada em desenvolver um trabalho fundamentado na formação humana, cujos critérios e valores disseminados sejam capazes de garantir melhorias educacionais, com favorecedoras condições e oportunidades de apropriação do conhecimento por todos os cidadãos inseridos no contexto.

O coletivo escolar, envolvido no desenvolvimento do processo educacional constitui-se numa ação dinâmica, interativa e globalizante entre as instituições que compõem o cerne educacional: família, escola e sociedade.



A consciente prática educacional, poderá contribuir para a construção do debate na coletividade unindo escola, família e sociedade na formação do tripé fortalecedor das ações institucionais, estabelecendo os vínculos necessários ao desempenho das novas tendências educacionais, fundamentadas na cultura da diversidade.

Desta forma, o atendimento às necessidades dos educandos,

seguindo os princípios éticos de uma relação dialógica com a comunidade escolar, impõe novos desafios à escola, enquanto instituição educacional formadora das novas gerações. Assim, os educadores por intermédio do diálogo interativo poderão estimular todos os segmentos da instituição, especificamente os alunos a compartilhar da reelaboração dos saberes, incentivando-os a interagir com conhecimentos inovadores a partir dos paradigmas das tendências da educação contemporânea.

5.2 Necessidades Educacionais Especiais e Adaptações Específicas

Para melhor desenvolvimento do educando com NEEs, é imprescindível o conhecimento de suas características bem como, tomar ciência das circunstâncias que o tornam diferente, considerando as condições que o meio circundante lhe propicia. A ação educativa deve estar voltada à realidade do aluno, sob os princípios da individualização. Assim sendo, a escola precisa estabelecer os marcos das referências que fundamentam o fenômeno educativo na diversidade de deficiências no processo educacional.

É importante saber que existem diferentes modalidades de adaptações e, as adaptações específicas buscam atender à necessidades especiais comuns dos alunos cuidando para dar o adequado e necessário suporte físico, verbal e instrucional para sua orientação.

Portanto, as adaptações deverão ser realizadas, de modo que cada aluno receba o apoio educacional que necessita, sendo as ações pedagógicas ajustadas à natureza de suas exigências e/ou dificuldades, buscando favorecer sua participação nas atividades escolares, com o favorecimento de melhor nível de comunicação e vivência escolar.

A cartilha 'Conviva com a diferença' (2005) orienta como

deve ser o tratamento para com pessoas com necessidades especiais, normas estas que serão descritas a seguir:

Deficiência intelectual (DI)

Deficiência intelectual, (DI) caracteriza-se pela apresentação da idade mental inferior a idade real ou idade cronológica, tendo suas capacidades intelectuais reduzidas. A diferença no funcionamento intelectual abaixo da média influencia no comportamento do indivíduo, diminuindo sua capacidade de aprendizagem, alterando o nível de sua competência sociocultural. Portanto, a principal diferença desses alunos reside no ritmo de sua aprendizagem e com isso, poderão exigir mais tempo na efetivação do ensino aprendizagem e, diferentes alternativas na forma de apresentação dos conteúdos, comparados aos desenvolvimento do aluno

Alunos com deficiência intelectual em geral apresentam dificuldade de cognição, necessitando de suporte em todos os segmentos de sua existência (pessoal, social, educacional e profissional). Desta forma, o processo de assimilação do conhecimento fundamenta-se nos conceitos já adquiridos, mesmo que informalmente. Porém, tais conceitos devem passar por uma reestruturação afim de significar a iniciação dos conhecimentos formais o que, exige do professor o estabelecimento de vínculos com os conhecimentos anteriores de domínio do aluno. Alunos com deficiência mental podem necessitar tanto de atividades alternativas às originalmente propostas, como de atividades complementares. Tais respostas, entretanto,

somente poderão ser adequadas às necessidades dos alunos, se o professor mantiver uma postura de atenção às peculiaridades que cada um apresenta em seu processo de aprendizagem. O uso de atividades que impliquem em diferentes graus de dificuldade pode permitir diferentes possibilidades de execução e de expressão para alunos com diferentes níveis de desenvolvimento e de conhecimento. Outros ajustes que também podem se mostrar adequados para responder a necessidades educacionais especiais de alunos são: uso de tipos variados de atividades, tais como desenvolvimento de pesquisa, elaboração e desenvolvimento de projeto, oficinas, visitas, esclarecimento do significado de palavras que lhes sejam desconhecidas, etc. (BRASIL, 1999).

Em geral, há maior prevalência de identificação da DI na idade escolar; período propício à observação, tornando mais fácil a descoberta, pela qualidade e lógica do trabalho intelectual desenvolvido na escola. A criança com deficiência intelectual encontra dificuldade de ação em seus aspectos básicos: maturação, adaptação e aprendizagem.

O déficit intelectual é permanente porém, torna-se possível atenuar as consequências desfavoráveis, tanto por meio da medicina como por medidas educacionais adequadas, instituídas imediatamente ao ser diagnosticado o fenômeno.

A escola, ao desenvolver um trabalho diferenciado, humano e humanizador, com cuidadosa atenção e responsabilidade, constitui-se uma eficaz intervenção, para além de evitar que se agravem as condições de desenvolvimento da criança, jovem ou adulto, com deficiência intelectual, poderá também

prevenir a alienação cultural, tão comum em tais circunstâncias.

Mesmo havendo maior facilidade lógica para verificar os aspectos de desenvolvimento no período da educação pré-escolar, a inteligência de um escolar e a adaptação social de um adolescente, nenhum desses aspectos deve ser subestimado, seja qual for a época da vida em que o indivíduo se encontre no momento em que se realizar o diagnóstico. O encaminhamento educacional terá maior sucesso, quanto menor comprometimento for o nível de classificação do déficit. Assim sendo, o deficiente mental profundo e o severo, têm maior dificuldade para beneficiar-se com a educação, sem condição de levar uma vida independente, necessita de assistência e cuidados permanentes

O deficiente intelectual moderado em sua maioria, apresenta comprometimento neurológico, precisando de treinamento sistematizado porém, necessita de proteção e cuidados permanentes.

O deficiente intelectual leve normalmente não apresenta problemas neurológicos significativos por isso, apresenta estabilidade emocional e social. Este grupo constitui o maior contingente da área e, é o que mais se beneficia com a intervenção pedagógica tendo condição de adaptar-se ao trabalho, inclusive competitivo. Sua capacidade adaptativa permite integração participativa na sociedade, podendo casar-se e constituir família.

Ao dirigir-se a uma pessoa com tais problemas, deve-se agir naturalmente, tratando-a com respeito e consideração. Jamais a ignore. Olhe-a, cumprimente, procure dar atenção e conversar naturalmente e despeça-se como faria normalmente. Não a superproteja. Deixe que faça ou tente fazer sozinha tudo o eu puder. Ajude apenas quando for necessário. Não subestime a inteligência dessas pessoas.

Síndrome de Down

Segundo Werneck (1995) a palavra síndrome origina-se do grego *syndromé* que significa conjunto de sinais e sintomas que compõem um determinado quadro clínico. O médico inglês John Langdon Down, em 1866 foi quem descreveu pela primeira vez, as características observadas em um grupo de crianças que assemelhavam-se à raça mongólica, e para homenageá-lo seu nome foi dado à síndrome.

A Síndrome de Down caracteriza um atraso no desenvolvimento das funções motoras do corpo e das funções mentais. Face à hipotonia o bebê é pouco ativo, apresenta dificuldade para sugar, engolir, sustentar a cabeça e os membros. É molinho, o que se denomina hipotonia; a hipotonia diminui com o tempo, conquistando, o bebê, mais lentamente que os outros, as diversas etapas do desenvolvimento.. A abertura das pálpebras é inclinada com a parte externa mais elevada, e a prega no canto interno dos olhos é como nas pessoas da raça amarela. Tem a língua protusa (para fora da boca). Apresenta rebaixamento intelectual, estatura baixa, 40% dos casos possuem cardiopatias.

Tradicionalmente a Síndrome de Down era também conhecida como mongolismo, face às pregas no canto dos olhos que lembram pessoas da raça mongólica (amarela). Essa expressão não se utiliza atualmente. A evolução dos estudos por interessados como Schwartzman (2003) permitiu a descoberta da anomalia cromossômica, causadora do acidente genético responsável pela síndrome.

A Síndrome de Down é um acidente genético cujo erro foge do controle de humano, sem cura até o momento; ocorre durante o desenvolvimento do feto, fazendo com que a criança nasça com 47 cromossomos, ao invés dos 46, divididos em 23 pares, que uma célula humana normal possui. Esse mal também pode ser chamado

de Trissomia 21, devido ao fato de que o material cromossômico excedente está ligado ao par número 21.

Os portadores dessa Síndrome são dotados de comportamento dócil/afável, relacionam-se com facilidade e possuem um aprendizado mais lento que as outras crianças. Quanto à saúde os portadores dessa Síndrome de Down podem apresentar doenças congênitas no coração, catarata, bloqueio dos intestinos e infecções (PUESCHEL, 2003).

Caracterizada como uma das deficiências integrativas, ou seja, aquelas que apresentam déficit ou dificuldade de aprendizagem associada ou não a Síndromes de malformação congênita como a deficiência mental, dificuldade de aprendizagem, dislexias, entre outras. É importante que receba estimulação para se desenvolver desde o nascimento. A família deve ser orientada sobre como proceder com ela em casa dentro da rotina familiar. Embora seja necessário ter maior firmeza e tolerância, é importante não cercá-la de cuidados excessivos e muita proteção.

Com os portadores da Síndrome de Down deverão ser desenvolvidos programas de estimulação precoce que propiciam seu desenvolvimento motor e intelectual, iniciando-se com 15 dias após o nascimento. Estima-se que no Brasil, a cada 550 bebês que nascem, 01 tem Síndrome de Down. São capazes de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades.

No caso específico da Síndrome de Down, a ciência sabe que essa anomalia impõe limitações ao desenvolvimento da capacidade mental, restrições que até hoje não foram cientificamente definidas. Sendo assim, é triste constatar que o maior bloqueio ao progresso desses indivíduos não é imposto pela genética, mas sim pela sociedade. (WERNECK, 1995, p.53)

Após os cuidados naturais e especiais com a própria saúde que um portador de Síndrome de Down receberá durante toda a vida, o problema maior passa a ser a sua inclusão na sociedade, ainda muito preconceituosa. Uma das maiores aflições que envolve os pais consiste no desenvolvimento do potencial cognitivo da criança, visto que esta síndrome traz como consequência uma deficiência intelectual.

NÃO DIGA NEM ESCREVA	DIGA E ESCREVA
Bobinho, doentinho	Pessoa com deficiência mental
Doença mental, retardado, retardado mental	Deficiência mental
Mongoloide, mongol	Pessoa com Síndrome de Down

Conviva com a diferença. UNICAMP: SP (2005)

Deficiência auditiva

Crianças com perda auditiva têm seu desenvolvimento normal, quando diagnosticadas precocemente. É considerado deficiente auditivo, o indivíduo que apresenta perda parcial das possibilidades auditivas sonoras. Aquele que é acometido de perda total, é caracterizado como surdo. A deficiência auditiva em crianças acarreta graves consequências em relação à aquisição e ao desenvolvimento normal da fala e da linguagem. A fala e a linguagem, por sua vez, influenciam o desenvolvimento dos processos cognitivos, na escolaridade e nas relações sociais do ser humano.

O atendimento da criança que possui deficiência auditiva (DA), tem que ser iniciado o mais cedo possível. Para que isto

ocorra é fundamental a detecção precoce da deficiência auditiva, através da avaliação audiológica do recém-nascido.

A avaliação audiológica do recém-nascido deve ser realizada, já na primeira semana de vida pois é quando apresentam capacidades e sensibilidades possíveis de serem testadas. O exame deve ser realizado ainda no berçário ou até 28 dias de vida, com o objetivo de verificar se a audição periférica do bebê é normal.

O teste é feito com o bebê dormindo, sem incomodá-lo e não dura mais que dez minutos. Não é necessário utilizar o sangue do bebê, não corta, não usa injeção.

O método é acústico, é utilizado um pequeno fone de ouvido acoplado ao computador, que emite sons de fraca intensidade e capta a resposta das células. O sucesso da reabilitação depende da detecção e da habilitação precoce. É considerada deficiência receptiva, por apresentar déficit ou anormalidade na recepção de informações, como a deficiência visual.

Para o atendimento de alunos com surdez, devem ser considerados alguns fatores indispensáveis à educação, estimulando a interação social e compartilhando experiências linguísticas. O acesso ao conhecimento é realizado por meio do uso de uma modalidade linguística essencialmente visual, a língua de sinais, uma vez que não existe funcionalidade de suas vias auditivas. Desta forma a vivência torna-se fundamental pois proporciona uma riqueza de experiências e estará fundamentando realisticamente suas representações pessoais de forma coerente e ajustada.

A criança surda necessita adquirir a língua de sinais de seu país (no Brasil é denominada Libras – Língua Brasileira de Sinais), para não apenas interagir com o professor e/ou outros surdos, mas principalmente para compartilhar sua aprendizagem. A Língua Portuguesa em sua modalidade oral e escrita deve ser proporcionada à criança, paralelamente à língua de sinais. Porém,

é preciso considerar que a Língua Portuguesa é para o surdo uma segunda língua. Daí a necessidade de compreensão para as dificuldades apresentadas pelos alunos surdos, na construção e compreensão de textos.

A língua de sinais é a língua natural das pessoas surdas e, será sempre sua primeira língua, tamanha é sua importância para o seu desempenho pessoal, sua compreensão da realidade e, construção da identidade surda. Ela é muito importante para a educação das pessoas não ouvintes que podem com ela, organizar de forma lógica as próprias ideias.

A surdez tem um significado que vai bem mais além do silêncio, como empiricamente supõe grande parte da população ouvinte. Além de se comunicar pela língua de sinais (LS), que possui um sistema linguístico próprio, o surdo pode também comunicar-se utilizando a língua oral ou oralização pois a adoção do bilinguismo favorece a ampliação de seus contatos pessoais.

Assim sendo, precisa ser respeitada em sua decisão de aquisição linguística. O professor não pode esquecer de compor o ambiente com muitas ilustrações para validar significativamente a aprendizagem, cuidando para que a aprendizagem ocorra da forma mais concreta possível.

Para a pessoa surda, a visão é o sentido mais importante; é por meio da visão que ela entende o mundo portanto, o uso dos recursos visuais é indispensável na educação de surdos. Algumas iniciativas poderão auxiliar a aprendizagem escolar do surdo, facilitando sua compreensão e favorecendo a superação de barreiras da comunicação. O uso de maquetes, pôster, cartazes, fotos, documentos, representam algumas das ações que somadas ao uso da escrita estarão contribuindo com a sua formação.

Além dos recursos materiais favoráveis ao ensino, torna-se fundamental contar com profissionais capacitados à comunicação em Libras, assim como instrutor, intérprete, instrutor professor de

língua de sinais.

À professora de Língua Portuguesa cabe o compromisso de ensinar a compreensão e a elaboração de textos levando o aluno a conhecer a estruturação formal do seu idioma para aplicá-lo, utilizando o conhecimento em textos orais e textos escritos.

Todas as pessoas têm condição de comunicar-se com pessoas surdas. Basta que para isso siga algumas orientações importantes como: falar de maneira clara, sem exageros; a não ser que lhe peçam para falar mais devagar; usar um tom de voz normal, a não ser que lhe peçam para falar mais alto; falar diretamente com a pessoa, nunca falar de lado, nem atrás dela; cuidar para que sua boca fique visível para facilitar-lhe a leitura labial.

Caso saiba linguagem de sinais, tente usá-la. Se a pessoa surda tiver dificuldade de entender, avisará. Fale com expressividade, pois uma vez que as pessoas surdas não podem ouvir as mudanças de tom que indicam sentimentos, precisam das expressões faciais para orientar-se. As expressões faciais são extremamente importantes.

Ao sentir dificuldade em entender a fala de uma pessoa surda, não tenha receio de pedir-lhe para que repita o que disse. Se mesmo assim não conseguir tente usar a escrita.

NÃO DIGA NEM ESCREVA	DIGAE ESCREVA
Mudinho	Pessoa surda
Surdo-mudo	Pessoa com deficiência auditiva

Conviva com a diferença. UNICAMP: SP (2005).

Paralisia Cerebral

A paralisia cerebral impõe limitações específicas, por isso é muito importante respeitar o ritmo da pessoa. Geralmente, é mais vagarosa naquilo que realiza. É necessário ter paciência para ouvi-la pois a maioria tem dificuldade ao falar.

A paralisia cerebral é consequência de uma lesão cerebral ocasionada antes, durante ou após o nascimento, causando desordem sobre os controles dos músculos do corpo em geral, a deficiência da fala é o seu maior comprometimento.

Deficiência da fala

Existem diversas alterações da fala, variando desde as mais simples, como a dificuldade de pronunciar os sons de maneira correta, até as mais complexas, como a perda total da voz, as gagueiras mais graves e os transtornos causados por um problema neurológico, que podem trazer prejuízo e/ou impedimentos para a comunicação oral.

É importante esclarecer que não existem pessoas mudas. Todos nós podemos nos comunicar, seja através da fala, da escrita, de gestos, desenhos, símbolos visuais, entre outros. Assim, é preciso manter a calma quando falar com alguém com alguma dificuldade de comunicação. Não tente adivinhar o que ela quer dizer e não a deixe sem resposta. Procure fitar o rosto de quem está falando, fale pausadamente, use poucas palavras de cada vez, espere a sua vez de falar e só comece quando tiver certeza que o outro terminou o que tinha para dizer.

Quando não entender o que foi falado, não tenha receio de pedir que o outro repita ou escreva. A maior parte das pessoas com problema de fala tem consciência da sua dificuldade e não se incomoda em repetir, desde que encontre alguém realmente

interessado em lhe ouvir. É importante prestar mais atenção no conteúdo da fala do que em sua forma, e principalmente, não discriminar uma pessoa por sua maneira de falar pois, o mais importante são as ideias e os sentimentos que ela transmitir.

NÃO DIGA NEM ESCREVA	DIGAE ESCREVA
Paralisia cerebral é uma doença	Paralisia cerebral é uma condição
Ele teve paralisia cerebral	Ele tem paralisia cerebral
O paralisado cerebral	A pessoa com paralisia cerebral

Conviva com a diferença. UNICAMP: SP (2005).

Deficiência física

Deficiência expressiva e física são aquelas que apresentam déficit, lesões cerebrais, malformação ou não funcionalidade de membros por várias causas. Exemplo: dificuldade de comunicação, deficiência motora, entre outras. O atendimento educacional vai depender do comprometimento e da parte do organismo afetada.

Para atender às necessidades especiais comuns em alunos com deficiência física torna-se necessário facilitar o acesso curricular com a realização de ajustes no ambiente físico. Em caso de impedimento da fala deverão ser utilizados equipamentos que favoreçam sua comunicação, por exemplo, o uso de símbolos, desenhos, livros de signos. Auxílios físicos ou técnicos como sinalizadores mecânicos, tabuleiros de comunicação, textos escritos, tecnologias multimídia e demais formas de linguagens que possam de alguma forma auxiliar o aluno em sua comunicação e facilitar sua interação no contexto.

Em se tratando de usuários de cadeira de rodas, alguns cuidados devem ser observados pois, ela é parte do espaço corporal da pessoa, quase uma extensão de seu corpo. Não é correto, tomar certas atitudes como: ou apoiar-se na cadeira de rodas, embalá-la, agarrar-se ou apoiar-se na pessoa que a usa.

Esteja atento a existência de barreiras arquitetônicas, quando for deslocar-se com o usuário na escola ou qualquer outro local que queira visitar com um aluno com cadeira de rodas.

Sempre que a a conversa for prolongada, sendo possível, lembre-se, de sentar para ficar nivelado à altura da pessoa com cadeira de rodas, deixando-a confortável para conversar.

NÃO DIGA NEM ESCREVA	DIGAE ESCREVA
Aleijado, defeituoso, paralítico	Pessoa com deficiência física
Ele sofre de paralisia infantil	Ele teve paralisia infantil
Pessoa presa, confinada, condenada a uma cadeira de rodas, ou muletas.	Pessoa em cadeira de rodas Pessoa que anda com cadeira de rodas ou com muletas. Pessoa que usa cadeira de rodas ou muletas

Conviva com a diferença. UNICAMP: SP (2005)

Deficiência visual

A visão constitui-se numa importante fonte de percepção para o ser humano, as pessoas que não enxergam buscam ampliar suas experiências de vida e percepção do mundo, utilizando-se dos demais sentidos para a construção de diferentes lugares e condições de convívio.

No contexto da sociedade contemporânea, a função da imagem vem ocupando um significativo espaço, fortalecendo as

interações que se propõem transmitir. Conforme Lima e Berquo (2012), esse universo é magnético, predominante no meio informacional, tem sido revelado um apropriado instrumento de ampliação do conhecimento por meio do recurso da audiodescrição uma vez que trata-se de um grupo “apto a interagir com o discurso esportivo.

Algumas orientações tornam-se necessárias para interagir com o educando cego. Se parecer que pessoa com deficiência visual precisa da sua ajuda, identifique-se e faça-a perceber que você esta falando com ela.

A disposição dos móveis na sala de aula deve ser feita de tal forma que facilite sua locomoção e deslocamentos evitando acidentes. É preciso também orientar verbalmente a respeito dos equipamentos e moveis existentes na sala de aula. Entre os recursos e materiais adaptados a serem disponibilizados ao aluno, devem ser incluídos: pranchas, presilhas (para fixar o papel na carteira), lupa, material didático ampliado, livro falado, equipamento de informática e ainda, materiais desportivos como: bolas de guizo, entre outros.

Em relação à escolaridade, o uso de materiais específicos como: braile, sorobã, computador DosVox, programa que transforma escrita em áudio, bola com guizos para atividades físicas, jogos são recursos fundamentais, imprescindíveis à educação do aluno cego.

Em geral, o cego conhece o mundo pelo toque, sendo portanto o toque, um dos seus principais aliados; assim, as pessoas cegas têm uma sensibilidade acima do normal para o tato, a audição e o olfato. Capacidades que lhe permitem conquistar a autonomia e adquirir a independência; basta que para isso, seja adequadamente estimulado e tenha promovida sua capacidade de socialização.

Ao guiar uma pessoa cega, espere que a mesma segure no seu braço. Assim, ela irá acompanhar o movimento do seu corpo enquanto você anda. Para fazê-la sentar-se, guie-a até a cadeira e

coloque a mão dela no braço ou no encosto da cadeira e espere que sente-se sozinha.

Não tenha receio de usar palavras como 'veja' e 'olhe'. Nem você nem a pessoa podem evitá-las, pois não existem outras palavras para substituí-las.

Quando for embora, avise sempre a pessoa com deficiência visual.

NÃO DIGA NEM ESCREVA	DIGA E ESCREVA
Ceguinho	Pessoa cega Pessoa com deficiência visual

Conviva com a diferença. UNICAMP: SP (2005)

Pessoa com deficiência múltipla

Pessoas com múltipla deficiência são aquelas que apresentam mais de um comprometimento, lesão ou malformação, como alguns tipos de paralisia cerebral, malformação congênita, etc.

A deficiência múltipla é a associação de duas ou mais deficiências: física, visual, auditiva e mental. O respeito às suas especificidades bem como, a valorização de suas potencialidades agindo de forma natural e evitando a superproteção, é a melhor forma de atendimento.

Os superdotados

O atendimento às necessidades especiais de alunos altas habilidades ou super dotação deve-se priorizar o conhecimento já adquirido considerando a forma adequada para o seu aprendizado, podendo o professor ampliar os componentes curriculares e oferecer

condições de aprofundamento de enriquecimento curricular.

Os alunos com superdotação podem necessitar de oportunidade “para desenvolver estudos de observação, de descrição sistemática e mesmo experimentos em laboratório focalizando as folhas, sua função vital, suas propriedades, características, etc.” (BRASIL, 1999).

O interesse pelo superdotado no Brasil ocorreu a partir de 1971, época que foi promulgada Lei 5692, prevendo explicitamente no Art.9º, o tratamento especializado aos alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que estivessem atrasados consideravelmente quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, deixando que as normas de funcionamento do tratamento fossem fixadas pelos respectivos Conselho de Educação, em suas diferentes federal, estaduais e municipais (LEI 5692/ 1971).

Definidas como intelectualmente superdotadas ou excepcionalmente inteligentes crianças que possuem um QI mínimo de 110 e destacam-se em seu desempenho escolar, necessitam de programas educacionais adequados ou orientação pessoal, com ações pedagógicas correspondentes às aptidões reveladas. Portanto, aos alunos que demonstrem alta capacidade cognitiva a LDB prevê que receba da escola atendimento correspondente ao seu desempenho escolar.

As diretrizes básicas do Centro Nacional de Educação Especial consideram como

Crianças superdotadas e talentosas as que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual superior; aptidão acadêmica específica; pensamento criador ou produtivo; capacidade de

liderança, talento especial para artes visuais, artes dramáticas e música capacidade psicomotoras (ALENCAR. 1986, p.23).

Existem algumas características que são comuns a crianças superdotadas e podem contribuir para a sua identificação: Andam e falam precocemente, demonstram maior interesse pelas palavras, leitura e números, apresentando um vocabulário excepcionalmente extenso para a sua idade. Sua curiosidade é imensa, possuem boa memória e capacidade incomum de raciocínio. Com mais energia e vigor do que as outras crianças, de sua idade e sexo tende a associar-se a crianças mais velhas do que ela age como líder entre crianças de sua idade.

Apresentam capacidade incomum de concentração, planejamento e se organização bem como, estabelecem relações, formulam associações com facilidade, demonstram preferência por esforços, e pela atividades inovadora. Tem senso de humor avançado para sua idade.

O atendimento do superdotado no Brasil é ainda incipiente. Segundo Alencar (1986), pela primeira vez foram definidos princípios doutrinários da Educação Especial para alunos superdotados, a partir de conceito que considerava crianças superdotadas, a partir do conceito que considerava crianças superdotadas e talentosas as que apresentassem notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criador ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes visuais, dramática e musicais; capacidade psicomotora. A identificação dos superdotados deveria ser realizada com vistas ao atendimento educacional desde os níveis pré-escolares, utilizando-se de procedimentos escolares variados e

combinados.

Alunos superdotados deveriam frequentar classes comuns sempre que o professor da classe tivesse condições de trabalhar com programas ou atividades diferentes, em grupos diversificados, e dispusesse de orientação e materiais adequados, que possibilitasse a oferta de tratamento especial aos alunos, recomendando porém, a realização do máximo possível de atividades em conjunto com os demais alunos. A criação das classes especiais deveria ficar atrelada à existência de condições para a realização do atendimento necessário ao aluno.

Em 1994 não só o atendimento aos superdotados foi agregado à Declaração de Salamanca como pretendeu-se ressignificar o conceito. Todavia o resultado foi a mudança de termos de superdotados para altas habilidades e a exclusão de conjunção alternativa ou que possibilitava aos alunos com fracasso escolar serem identificados por suas altas potencialidades.

A lei que estabelece as atuais diretrizes e bases da educação nacional, a Lei N°9394/1996, trate das questões da Educação Especial em um capítulo próprio, o Capítulo V como incluía os alunos superdotados em seu texto legislativo, de modo claro e explícito, mostrando o caráter inclusivo desta Lei (LDB, 1996, Art.58).



Capítulo 6

Considerações finais

Ao atender em instituições específicas, exclusivamente alunos com necessidades especiais, o ensino especial tem sido alvo de críticas, em razão da atuação separatista segregadora, por não promover o convívio das crianças especiais com as demais crianças. Esta modalidade de educação exige materiais, equipamentos, espaço físico e profissionais especializados, para melhor atender a criança com deficiência, contando com os serviços de profissionais especializados como: professores, psicólogos, médicos, enfermeiras, fisioterapeutas, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, entre outros, razão pela qual, houve sempre muita polêmica em relação à educação deste grupo.

Com o avanço das pesquisas na área da deficiência, a avaliação das condições deste alunado, incide sobre sua capacidade realizadora, superando a ideia de negatividade e/ou impossibilidade. Assim sendo, as barreiras impeditivas tendem a ser reduzidas, com a otimização das condições de educabilidade e, o favorecimento de novas oportunidades na prática social.

O poder público não pode mais continuar ignorando esta realidade, ou seja a qualificação dos recursos humanos torna-se

emergencial. Esta é uma condição recorrente, para se garantir o êxito da educação especial, que seja oferecida ao professor, a formação adequada, condizente com a área de sua atuação, tendo como apoio uma cultura de colaboração e parceria, com a equipe pedagógica. É importante também que o professor esteja atento à aquisição de novas aprendizagens que poderão ser assimiladas ao conviver com as diferenças, observando a realidade cultural desse alunado.

A Política Nacional de Educação Especial centrada na educação para todos, abrange de modo geral, a educação de pessoas com todo tipo de deficiência e ainda aquelas, com condutas típicas, e de altas habilidades, considerando o desenvolvimento integral de suas aptidões. Esta proposta tem sido apregoada acirradamente porém, urge que se abra espaço para que o professor possa debater e optar por práticas pedagógicas adequadas a esse alunado. Assim, poderá trabalhar respaldado em metodologias coerentes com as políticas públicas em vigor, auxiliado pelo uso de recursos apropriados, sendo capaz de ressignificar sua prática para responder às exigências de uma educação justificada para além da legislação.

É preciso garantir no mínimo os recursos básicos essenciais para que a escola possa educar adequadamente todos os alunos: professor qualificado, metodologia e recursos pedagógicos adequados, para que a escola possa educar adequadamente todos os alunos. Porém, nada disso surtirá efeito se a instituição não construir um contexto ambiental favorável à diversidade mostrando-se apta a romper o paradigma da unilateralidade educacional, investindo na promoção de benefícios inter, intra e transpessoais. Razão pela qual, o aprimoramento da adequada qualificação profissional do professor torna-se fundamental.

Assim sendo, não apenas a escola, mas de todos os cidadãos são responsáveis pelos alunos que apresentam alguma deficiência.

REFERÊNCIAS

ARCHEL, B. Adaptações Curriculares. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acessado em 30 de outubro de 2012.

ALENCAR, Eunice M.L. Soriano de. Psicologia e educação do superdotado, São Paulo: EPU, 1986.

ARNS, Flávio. Direitos da Pessoa com Deficiência: conhecer para exigir. Brasília: Senado, 2008.

ARNS, Flávio. Educação Especial no Contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.

ANDRADE, Jorge Márcio Pereira de. A inclusão não é impossível, Info Ativo. VII. Nº 9, 1997.

AQUINO, Julio Groppa (org). Diferenças e Preconceito na escola: alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo, Summus, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria da Educação Especial. Marcos Políticos - Legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2010.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil. 1988.

_____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre

Necessidades Educativas Especiais. CORDE. Brasília: DF, 1994.

_____. Decreto Lei 2494 de 10/02/1998.

_____. Decreto Lei 2561 de 27/04/1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/ SEF/ SESP, 2002.

_____. Decreto Lei 5296 de 21/12/2004.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069 de 13/07/1990.

Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Projeto Pedagógico 1987- 1990, Curitiba,1987.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

_____, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 –DOU de 25/10/89- alterada pela medida provisória nº 437, de 29 de julho de 2008- DOU de 30/07/2008.

_____. L.D.B. A educação especial no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 1997.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial. Parâmetros

Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP. 1999.

_____. Plano Nacional de Educação, 2000.

_____. Portaria Ministerial nº 301 de 07/04/1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares, Brasília: Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

_____. Resolução 1/2001. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico, Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 2000.

_____, PARANÁ, Coletânea da Legislação Referente aos Direitos da Pesquisa de Deficiência. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos da Pesquisa Portadores de deficiência. Curitiba. Agosto / 1997.

_____, PARANÁ. Conhecendo e compreendendo a pessoa com deficiência. Curitiba, 2006. 3 ed.

_____. As escolas inclusivas na opinião mundial. Revista Nacional de Reabilitação, v.2, n.2, jan/fev/1998.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de educação

Especial- MEC; SEESP, 2001.

_____.Ministério da Educação. A integração do Aluno com Deficiência na Rede de Ensino. S/D.

_____. Censo 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

BRAZELTON, Berry T; GREENSPAN, Stanley I. As necessidades essenciais das crianças. O que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRONFENBRENNER, Urie. Ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996. 226 p.

BUSCAGLIA. Léo F. O deficiente e seus Pais. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CHICON, José Francisco. Prática psicopedagógica em crianças com necessidades educativas especiais: abordagem psicomotora. Vitória: UFES, 1999.

DELORS, Jacques. UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural). Relatório da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, 1996.

DUTRA, Cláudia. Gazeta do Povo, Secretária Nacional de Ensino Especial, 14/10/2000.

FERRARI, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Agora, 2002. 330 p.

FERREIRA, Júlio Romero. A exclusão da Diferença. Piracicaba, Unimep, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2001.

_____, Paulo Educação como prática pedagógica da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

_____, Paulo. Educação e mudança. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GONZÁLEZ, José Antonio Torres. Educação e diversidade: Bases didáticas e organizativas. Porto Alegre, Artmed, 2002.

GRINSPUN, Míriam P. S. Z. A orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2001.

JANUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985.

LIBÂNEO, Jose Carlos; OLIVEIRA, Joao Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 408p.

LOPES, Esther. Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual. Londrina/UEL: 2011.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Inclusão: compartilhando saberes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. – Compreendendo a deficiência mental. Novos Caminhos Educacionais – Editora Spicione LTDA – 1989.

MAZZOTTA, Marcos Jose Silveira. Educação especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

NÓVOA, A. O Passado e o Presente dos Professores. In: NÓVOA, A (Org.) Profissão Professor. Portugal: Porto Editora, 1991. p 13-34.

PARANÁ. APAE-IRATI/2009. Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, documento impresso.

PARANÁ. DEEIN/ 2009. Política Estadual da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Educacional, documento impresso.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN). Marcas Históricas no Contexto da Deficiência Intelectual. (S/d).

PÉRISSÉ, Paulo M. O educador aprendedor. São Paulo, Cortez, 2004.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre : Artes Médicas, 2000a.

PESSOTI, I. Deficiência Mental: da superstição à ciência. São Paulo: Quatrozeiros, 1984.

_____. A Pedagogia na Escola das Diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001b.

PICQ, L. – P. Vayer. Educação psicomotora e retardo mental. Editora Manole LTDA – São Paulo, 1988.

PUESCHEL, M. Siegfried organizador. Síndrome de Down: Guia para pais e educadores; tradução: Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

SASSAKI, R.K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMAN, José S. Síndrome de Down. 2ª Ed. São Paulo: Memnom, 2003.

SILVA, Otto Marques. A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente Na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

SIMONEK, V. P ; LEMES, V. P. Surdez na infância: diagnóstico e terapia. Rio de Janeiro: Soluções Gráficas, 1996.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. Campinas: EDUSF, 1999. 125p.

STAROBINAS, Marcelo. Deficientes: Casa de Bonecas. In: PINSKI, Jaime (org.) 12 faces do preconceito. 2006

TELFORD, Charles W ; SAWREY, G.M. O indivíduo excepcional. 5ª ed. Editora Guanabara Koogan S. A. Rio de Janeiro – 1988.

UNESCO. Aprender a ser. Informe de La Comisión Internacional para el desarrollo de la Educación. Madrid: UNESCO – Alianza Editorial, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Conviva com a diferença. UNICAMP: SP (2005).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). Repensando a didática. 13. ed. Campinas: Papyrus, 1998. 158 p.

_____. Revista Notícias UNESCO: Forum Mundial de Educação, julho 2000 p. 9

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

_____. Muito prazer eu existo: um livro sobre as pessoas com Síndrome de Down. 4º Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

_____. Um amigo diferente? 3ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1996.

ZYCH, Anizia Costa; PENKAL, Loremi Loregian;
SCHNECKENBERG, Marisa et. al. Diversidade no ensino.
Guarapuava, Unicentro, 2011.

